

A Defesa Nacional



Neste número :

— **Idéias sobre a seleção do pessoal militar.**

Ten-Cel Ferdinando de Carvalho

— **Problemas de um comandante de grupamento de combate.**

Maj Alvaro Galvão Pereira

— **Evolução histórica da Arma de Cavalaria.**

Maj W. R. da Cunha e Menezes

— **Televisão educativa.**

Maj Taunay Drummond Coelho Reis

— **Construção de casas para o militar do Exército.**

Cap José Aldo Peixoto Corrêa

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1961/1963)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente : General Aurélio Alves de Souza Ferreira

Diretor-Secretário : Major José de Sá Martins

Diretor-Gerente : Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

General Armando Batista Gonçalves

Tenente-Coronel Hugo de Andrade Abreu

CONSELHO FISCAL

(Eleito para o exercício de 1962)

MEMBROS EFETIVOS

Coronel Adailton Sampaio Pirassununga

Major Ivan de Souza Mendes

Major Luiz de Alencar Araripe

SUPLENTES

Tenente-Coronel Danilo Darcy de Sá Cunha Mello

Major Eduardo Nobrega

Major José Murilo Beuren Ramalho

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos-originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Redação:

MINISTÉRIO DA GUERRA (Ala da R. Visconde da Gávea, 3º and.)

Telefone: 43-0563 — Caixa Postal: 17 (do Ministério da Guerra)

RIO DE JANEIRO — ESTADO DA GUANABARA — BRASIL

Expediente externo: Diariamente (exceto sábados e domingos) das 1500 às 1800 horas.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano
XLIX

Rio de Janeiro, GB — Mar-Abr de 1962

Números
572-573

SUMÁRIO

	Págs.
<i>Editorial</i>	3
<i>Idéias sobre a seleção do pessoal militar</i> — Tenente-Coronel Ferdinando de Carvalho	5
<i>Problemas de um comandante de grupamento de combate</i> — Major Álvaro Galvão Pereira	17
<i>Evolução histórica da Arma de Cavalaria</i> — Major W. Roberto da Cunha e Menezes	29
<i>Televisão educativa</i> — Major Taunay Drumond Coelho Reis	39
<i>Construção de casas para o militar do Exército</i> — Capitão José Aldo Peixoto Corrêa	53
<i>Desenvolvimento brasileiro: ONU está presente</i>	63
<i>Notas — Informações</i>	67

LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- “O desgaste do Exército perante a opinião pública”.

Ten-Cel Octávio Pereira da Costa.

- “Segurança e Defesa”.

Ten-Cel Alberto de A. Cardoso.

- “Operações Fluviais no teatro de operações amazônico.”

Maj Gustavo Moraes Rêgo Reis.

- “A luta pelo Nordeste e a estratégia da SUDENE”.

Celso Furtado.

EDITORIAL

A época é de mudanças. Velhos e tradicionais conceitos e fórmulas cedem lugar a novas idéias, a modernas concepções.

A razão dessa situação está ligada a muitas causas.

As ciências técnicas e os fatores psico-sociais são determinantes de vulto nesse processo.

A esse clima de modificações, muitas das quais profundamente estruturais, não se subtrai a Arte da Guerra.

Novas doutrinas, novas táticas e técnicas para emprégo de tropa e armamento surgem a cada momento, muitas vezes com duração efêmera tal a velocidade dos acontecimentos que as influem.

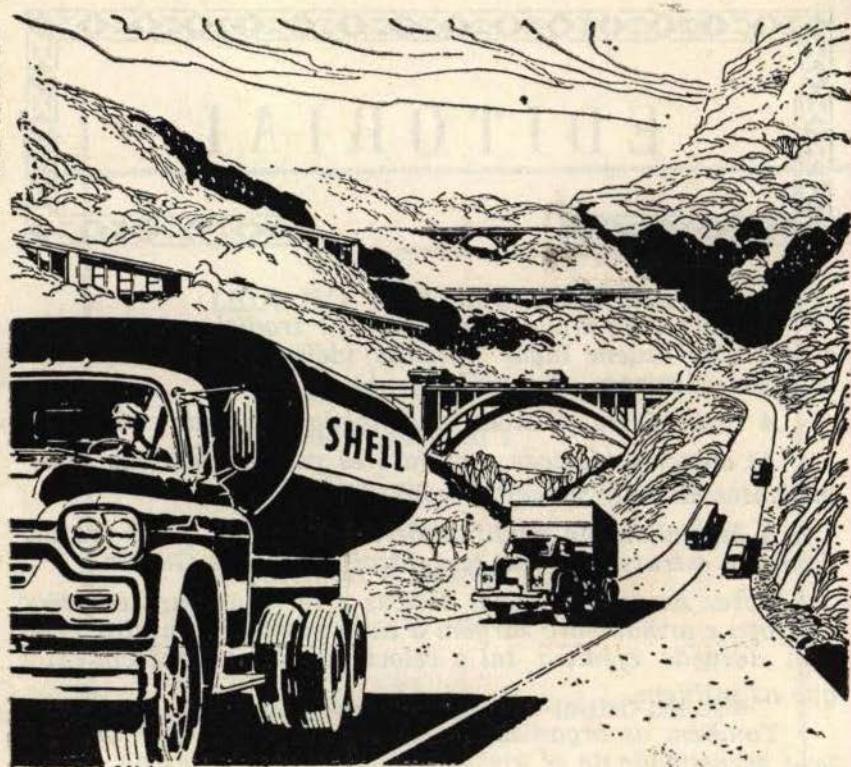
Também as organizações militares sofrem esse impacto pela necessidade de se ajustarem às contingências da época.

Aliás, a Arte da Guerra e as suas implicações têm que ser dinâmicas. O pensamento e os organismos militares têm de ser vivos, atuantes, para atenderem aos imperativos da responsabilidade de segurança que lhes cabe.

A vitalidade das organizações muito depende das suas próprias estruturações, o que quase sempre condiciona a existência do pensamento militar.

Tudo isso explica porque em muitas nações existe uma constante preocupação com as organizações militares, sejam elas administrativas ou operacionais. Em todos eles a idéia é sempre a mesma: associar simplicidade e flexibilidade à economia. As soluções diferem porque diferentes são as culturas, os sentimentos e as possibilidades; mas todos estão olhando para o grande objetivo que é a eficiência na luta pela segurança da Pátria.

Essas considerações são sugeridas à sua Revista pela observação de que a atual organização do nosso Exército é, no momento, o tema predileto nas conversas entre militares.



PARA TRANSPORTAR O PROGRESSO...

...e levá-lo às mais longínquas regiões do País, intensificando o seu ritmo de produção, a circulação e consumo das riquezas, é necessário transpor a imensidão territorial e a acidentada topografia do Brasil. As estradas ainda constituem desafios à operosidade do homem... à existência de um serviço fácil de abastecimento e distribuição dos derivados do petróleo, essenciais ao nosso desenvolvimento. Sempre atenta ao suprimento do País, superando-lhe os obstáculos naturais, a Shell mantém complexo e perfeito sistema distribuidor que utiliza todas as vias de comunicação — terrestres, marítimas, fluviais e aéreas — para fazer chegar às grandes centrais elétricas, usinas, indústrias, tratores, locomotivas, barcos, navios e aviões os lubrificantes, combustíveis e graxas industriais indispensáveis ao seu funcionamento. Deste modo, a Shell transporta aos mais diferentes rincões do Brasil o que o petróleo pode oferecer para o bem-estar comum.

Você pode confiar na



IDEIAS SÔBRE A SELEÇÃO DO PESSOAL MILITAR

Ten-Cel FERDINANDO DE CARVALHO
Oficial de EM

Estaremos selecionando, adequadamente, nossos soldados, nossos graduados, nossos oficiais, nossos comandantes e nossos oficiais de Estado-Maior?

Estaremos orientando adequadamente o aperfeiçoamento profissional de nossos quadros?

Deveremos rever as nossas leis de promoções, com vistas a uma seleção mais perfeita de pessoal?

Quais devem ser as bases para uma política que objetive evitar a evasão do pessoal mais competente e elevar o entusiasmo profissional?

Essas e outras indagações surgem constantemente, a todos nós, que pensamos e trabalhamos por um Exército eficiente e prestigiado.

Vamos, pois, à inspiração dessas dúvidas primordiais, tecer nossos pensamentos e nosso raciocínio, sem preconceitos rotineiros que só nos poderiam aferrar às concepções mediocres.

1. A necessidade de seleção do pessoal

Em toda a história da humanidade, nunca se afirmou tão claro e marcante o princípio de que a integridade das nações e a solidez de suas instituições dependem essencialmente do poderio militar. Quem tiver dúvidas sobre sua veracidade deve consultar um atlas histórico onde com facilidade, à imagem convincente de mapas coloridos, pode concluir que o caprichoso mosaico das fronteiras mundiais nunca teve dez anos de estabilidade. Pode também consultar qualquer registro cronológico e assegurar-se de que jamais existiu um dia de paz integral em toda a superfície do planeta. As nações incapazes de defender-se contra a agressão externa e contra os fatores de desagregação interna esfacelam-se e esvaem-se, reduzindo-se, quando não desaparecem, à categoria de comunidades inexpressivas.

Apesar das difíceis condições do mundo atual, todos os países que aspiram segurança e tranqüilidade para trabalhar e desenvolver-se procuram adestrar e fortalecer suas forças armadas como um indeclinável ênus dessa garantia.

Nesses países a opinião pública está convencida, através de uma percepção realística dos fatos, de que um elevado poder militar é a mais segura imunização contra a desordem e a agressão.

Só as nações suicidas podem discutir o valor de suas fôrças armadas ou se aventurar ao desvirtuamento das finalidades precípuas dessas fôrças.

Um bom Exército não tem preço. Resta-nos pois saber o que é necessário para se ter um bom Exército.

Há três fatores essenciais para a qualidade e a eficiência de uma força militar:

- Valor moral,
- Valor profissional e
- Aparelhamento material.

O valor moral engloba as condições de disciplina, entusiasmo profissional, espírito de coesão, confiança nos chefes, crença na instituição e capacidade de reação contra a infiltração de elementos corrosivos de enfraquecimento.

O valor profissional é indicado essencialmente pela capacidade de liderança dos chefes, pela competência e dedicação dos quadros e pelo índice de instrução da tropa.

O aparelhamento material pode avaliar-se análogamente, através de dois índices primordiais: potência de fogo e mobilidade.

Não nos deteremos nos fatores de ordem moral e material que apenas citamos. Apenas a êles nos referiremos em suas interligações com o objeto principal dêste estudo: a seleção do valor profissional. Não se pode evidentemente dar independência a essas três condições fundamentais. Convém entretanto examiná-las com atenção e profundidade.

Qualquer emprêsa que aspire ao aperfeiçoamento e ao progresso, procura selecionar os seus trabalhadores ou funcionários. Através de testes, de observação e de outros meios, procura determinar quais os melhores, quais os mais hábeis e interessados, porque desta seleção depende o sucesso de suas realizações.

Determinados os mais capazes a emprêsa procurará naturalmente aperfeiçoá-los e conservá-los em seu serviço, enquanto os incompetentes ou inoperantes vão sendo gradativamente eliminados. Não há como convencer um honesto responsável pela gerência de um setor de produção a beneficiar um operador incapaz em detrimento da eficiência.

A necessidade de seleção é uma condição de sucesso, perfeitamente lógica e aceitável. A preservação dos valores é outro fator essencial em qualquer grupo produtivo.

Nas fôrças militares, nas quais a eficiência ou a incapacidade se traduzem em extremos de vida ou morte, de vitória ou derrota, de independência ou submissão, a política de seleção e de preservação dos valores é muito mais impositiva que numa simples emprêsa comercial ou industrial.

A mentalidade do nivelamento é altamente corrosiva e resulta em geral do conluio entre a massa medíocre e a chefia demagógica, com prejuízo para o valor profissional da entidade.

Pode parecer contrária aos princípios democráticos de igualdade perante a lei essa política de seleção, de incentivo à mais alta capacidade. É preciso, todavia, atentar que a igualdade em que se fundamenta o sistema democrático é a dos direitos humanos como o voto, a locomoção e a opinião, e que a sobrevivência da própria democracia depende da existência e do prestígio desses valores que, em suas instituições, ela puder selecionar e preservar.

2. Princípios básicos

A seleção e a preservação dos valores profissionais nas Forças Armadas é um imperativo decorrente da importância da qualidade em um conjunto cujas missões representam as provas talvez mais duras a que se pode submeter o ente humano.

A guerra é realidade pura e simples. Nela assumem predominância o valor moral, a experiência e o tirocínio.

Na luta armada, no campo de batalha, o inimigo não tem preferências senão pelo mais fraco e mais vulnerável. Dêle não se pode esperar senão a inflexibilidade de seus golpes. Nessas condições, o rigor com que uma força militar seleciona seus integrantes deriva de um sentimento de autopreservação.

O nivelamento é a tendência observada em forças militares que se alheiam imperceptivelmente de suas finalidades. Seleção sem preconceitos ou discriminações é a base do aperfeiçoamento profissional nas forças armadas.

Procuremos, entretanto, definir o que significa precisamente o termo *seleção* e quais os princípios a que deve obedecer em sua aplicação militar.

Selecionar é escolher, separar em espécies, distinguir as várias classes ou naturais. Para os fins especificamente militares, a seleção consiste em classificar o pessoal, segundo sua capacidade e habilitação, de acordo com critérios bem objetivos, tendo em vista às finalidades da força armada; e determinar o grau de aptidão individual para o cumprimento de missões específicas.

Não se trata apenas de dizer que A é melhor do que B, mas que A é melhor do que B para uma determinada coisa.

Os seguintes princípios devem, em consequência, ser observados na seleção militar:

1º — *A seleção deve ser objetiva* — Desde a seleção de soldados para um grupo de combate até a de oficiais para um quadro superior, como o de Estado-Maior, a seleção deve ser conduzida através de uma orientação objetiva.

Encaremos, por exemplo, o problema do oficial de Estado-Maior.

Deseja-se selecionar oficiais de superior capacidade para o exercício de funções, onde devem ser postas em prova as seguintes características primordiais: lealdade, espírito militar, disciplina intelectual, cultura profissional, inteligência, expressão oral e escrita, discrição e iniciativa. Não seria evidentemente, lógico, que o esforço seletivo recaísse sobre a cultural geral e humanística ou sobre as qualidades físicas.

Se, entretanto, o objetivo fosse o de selecionar comandantes de unidades já se deveria incluir, entre os itens principais do critério seletivo, a *capacidade de liderança*.

2º — *A seleção deve ser um processo contínuo.*

Não se trata, apenas, de realizar uma seleção inicial e considerar como concluído o processo seletivo. A seleção é uma operação contínua, ininterrupta.

A inexistência dessa continuidade acarreta o processo de barreiras sucessivas, isto é, seleção mediante provas difíceis e esparsas e, em geral, sem conexão. É o sistema apelidado de "funil invertido", numa sugestiva comparação.

3º — *A seleção deve considerar o nível e as características do elemento a selecionar.*

O critério seletivo não pode ser estabelecido em incoerência com o elemento humano, sobre o qual será aplicado. Isto significa que não haverá seleção se o critério seletivo exigir índices ao alcance da totalidade ou da maioria dos indivíduos considerados. Igualmente será inócuo aplicá-la sobre pessoal que, de modo algum, poderia responder aos índices exigidos. É o caso de provas de concurso em que a maioria dos candidatos é aprovada ou reprovada.

4º — *A seleção deve ser um processo em constante aperfeiçoamento e atualização.*

O critério seletivo deve corresponder às necessidades do momento. Deve ser constantemente corrigido e melhorado.

Através da pesquisa e da observação devem ser verificadas as falhas de formação do pessoal selecionado, segundo determinado critério, para sanar suas deficiências, na permanente busca do padrão mais satisfatório. Por exemplo, levantamentos realizados em um grande número de unidades podem demonstrar que os graduados ou oficiais, formados por determinada escola, ressentem-se de uma certa deficiência de ordem moral ou profissional.

Imediatamente deverá ser alterado o critério seletivo para incorporar novas exigências que obviam as falhas verificadas.

3. Critérios de seleção

Uma das mais difíceis tarefas é o estabelecimento de um critério seletivo. Os gabaritos e a atribuição de pesos, para a avaliação dos valores pessoais, estão sujeitos a muitas imperfeições. É somente por um

contínuo aperfeiçoamento, incorporando sempre o produto da experiência e jamais considerando ter alcançado a perfeição, que se poderá tornar cada vez mais justo um processo de seleção.

Uma das formas constantemente empregadas em avaliações para fins seletivos nas Forças Armadas é o processo dos pontos numéricos. Essa é a atual base do processamento de promoções e de várias outras atividades de seleção em nosso Exército. A influência do critério numérico, não só nos meios militares, como em organizações civis, tem sido tão grande que até características ou manifestações de fundo moral e psíquico são traduzidas em algarismos, através de uma aritmética algumas vezes bem complexa.

Todavia o que se tem verificado constantemente é que resultados numéricos nem sempre são expressivos ou correspondem à realidade.

As baterias de testes, tão em voga há algum tempo atrás, têm-se revelado improícias, particularmente quando se trata de selecionar indivíduos para encargos de chefia ou supervisão.

Os processos gráficos, como os perfis de personalidade, revelaram-se também inadequados a um julgamento preciso.

A apreciação da personalidade através de valores numéricos ou gráficos, mormente quando se trata de selecionar pessoal categorizado, é processo condenado pela moderna psicologia que encara o indivíduo como um conjunto definido e não como um somatório de várias parcelas, avaliadas por meio de estalões subjetivos.

Os critérios numéricos, tão disseminados atualmente em nosso Exército, já estão há muito abandonados na indústria e em outros setores de importantes atividades, como imperfeitos e inadequados.

A moderna orientação para a seleção de pessoal utiliza o denominado *processo clínico*, no qual a personalidade individual é apreciada principalmente através de uma observação acurada e permanente, para determinar suas reações e comportamentos face a situações objetivas.

Tratando-se, por exemplo, de escolher indivíduos para encargos de direção, procura-se observá-los e entrevistá-los, estudar os seus antecedentes, a sua vida particular, visando a responder perguntas específicas como as seguintes:

- a. O indivíduo pensa com precisão e bom senso?
- b. É capaz de prever as coisas e planejar suas realizações com a necessária antecipação?
- c. É capaz de receber ordens sem ofender-se ou diminuir-se e de dá-las sem ofender ou humilhar a outrem?
- d. É capaz de persuadir outrem a aceitar as suas idéias e cumprir os seus planos, sem apelo para a força ou para os regulamentos?
- e. Cria, em torno de si, um ambiente de confiança e respeito?
- f. É capaz de apresentar ou receber a crítica franca, honesta e objetiva?

- g. Sabe encarar seus superiores com a adequada deferência e tratar seus subordinados com a devida consideração?
- h. É capaz de controlar-se em circunstâncias adversas e enfrentá-las com serena superioridade?
- i. É capaz de decidir sensatamente mesmo sob a pressão de condições desfavoráveis?

Tais perguntas permitirão definir a personalidade estudada, cuja natureza poderá ser classificada segundo padrões preestabelecidos.

4. O contrôle de carreiras

Em tôda a organização que envolve numeroso pessoal, não pode deixar de existir um departamento com a finalidade de regular e controlar as atividades profissionais de seus integrantes.

O contrôle de carreiras abrange aspectos essenciais à eficiência individual e à capacidade de produção da emprêsa em conjunto, como sejam:

- a) Seleção e classificação de pessoal para integrar os diversos quadros.
- b) Registros de assentamentos.
- c) Orientação para a especialização e o aperfeiçoamento profissional.
- d) Seleção para cargos de chefia e supervisão.
- e) Realização e registro das análises de personalidade.
- f) Contrôle de promoções.
- g) Contrôle de designações e transferências.
- h) Contrôle da eficiência profissional.

A importância de tal setor da organização é a base da racionalização produtiva de qualquer emprêsa.

Nas Fôrças Armadas o contrôle de carreiras tem ainda maior influência, não só em razão do relêvo que aí adquirem as fôrças morais como pela íntima dependência entre a vida profissional e a existência particular de seus integrantes.

Embora não tenha sido ainda, em nosso Exército, encarado êsse aspecto de organização em bases racionais e globais, em vários setores são exercidas atividades de contrôle de carreiras que estão a exigir coordenação e centralização.

Através dêsse contrôle seria possível um melhor aproveitamento das habilidades pessoais e uma orientação do aperfeiçoamento profissional dos quadros na linha de interesse da instituição.

Quantas vêzes não se verifica a classificação de um militar em setor completamente diversificado de suas tendências e possibilidades? Quantas vêzes não se observa a designação de um militar, que acaba de concluir um curso de especialização, para uma atividade onde jamais poderá aplicar o que acaba de aprender? Quantas vêzes não observamos um

militar enquistar-se em determinadas funções, sem que se lhe dê a orientação suficiente para alargar seus horizontes funcionais? Quantas vezes não se perdem valores à carência de adequados estímulos?

Essas e muitas outras observações relativas a um aproveitamento inadequado do pessoal seriam obviadas pela ação de um órgão capacitado ao controle de carreiras.

Sabemos que uma máquina jamais poderá ter rendimento se as suas peças não forem controladas e colocadas em seus devidos lugares. Também assim, uma organização estará malbaratando seus recursos humanos, se não racionalizar o controle de todo o seu pessoal, em bases estáveis e criteriosas, apoiadas em princípios científicos e racionais.

Na atual organização de nosso Exército, o Controle de Carreiras deve caber ao Departamento Geral do Pessoal, ao qual incumbiria a coordenação e supervisão de todos os setores relacionados com carreiras de pessoal, tais como os seguintes:

- a) Seleção e classificação do pessoal.
- b) Indicação para cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento.
- c) Controle de promoções.
- d) Controle de movimentação do pessoal.
- e) Arquivo geral de assentamentos e fichário de pessoal.
- f) Orientação do aperfeiçoamento cultural e profissional.
- g) Estatística de pessoal.
- h) Controle de habilitações profissionais e especiais.

5. A seleção de comandantes

Comando e liderança são dois conceitos inseparáveis na vida militar. Se o primeiro está relacionado às prerrogativas de ordem hierárquica e funcional, e se o segundo deriva de qualidades pessoais que colocam o indivíduo em um plano de relevo sobre o grupo, não há como dissociar na concepção do verdadeiro padrão da autoridade militar o comandante e o líder. A existência singular de um apenas desses aspectos redunda em deformações indispensáveis. O comandante, sem qualidades de líder, será fatalmente um tirano ou um pusilânime. A indisciplina e a insatisfação terão um amplo incentivo em sua unidades. Suas ordens serão cumpridas com relutância ou hesitação. A confiança e o entusiasmo desaparecerão.

Por outro lado, o líder sem comando tende a sobrepor-se à autoridade constituída, gerando o desrespeito e a desordem.

É pois fundamental à ordem militar, ao prestígio da organização e à eficiência profissional só entregar as funções de comando a indivíduos que se revelem líderes autênticos.

É necessário que se estabeleça a adequada conceituação dos atributos a exigir de um militar para que a ele se possa entregar oficialmente a missão de conduzir uma unidade.

Todos os que possuem larga experiência profissional sabem perfeitamente as inconveniências e os danos, muitas vezes irreparáveis, ocasionados pelos maus comandantes.

É muito mais importante selecionar comandos do que escolher militares para quaisquer outros tipos de funções.

O critério seletivo deve ser essencialmente baseado nas qualidades de liderança observadas e verificadas mediante um controle de carreiras.

A par de uma conscientiosa seleção, impõe-se uma preparação prévia de caráter moral e profissional, antes de que o militar assuma as suas funções. Há necessidade de criar-se um *estágio*, de caráter objetivo e intensivo, *para novos comandantes*. Neste, o oficial será doutrinado por elementos de grande experiência e tirocínio, receberá instruções de cunho administrativo e operacional, inteirar-se-á de suas missões gerais e peculiares. Ao tomar posse estará perfeitamente apto a desempenhar os seus encargos e fazer face a suas responsabilidades.

Os aspectos de liderança que deverão nortear a seleção dos comandantes devem espelhar-se em líderes militares autênticos. É preciso caracterizá-los e discerni-los da confusão perniciosa dos falsos líderes. É preciso trazer à evidência os verdadeiros líderes profissionais, cuja competência e dedicação não sejam obscurecidas por características negativas.

É preciso, em suma, selecionar e preparar bons comandantes, para que se possa dispor de um bom Exército.

6. A preservação dos valores profissionais

Os períodos de prolongada inação são corrosivos nas organizações militares. Não só resultam em decadência de espírito profissional, como acarretam sempre na opinião pública dúvidas explicáveis sobre a utilidade das forças armadas. Sómente as atividades profissionais, a constante aplicação de energia podem contrapor-se ao pessimismo provocado pela inércia.

Um outro fator de profunda influência é o aparelhamento material. Um exército desaparelhado é profundamente sensível a uma rápida desmoralização.

A necessidade de um eficiente aparelhamento material deve surgir de uma convergência da percepção, pela opinião pública, da importância e do papel das Forças Armadas com o anseio intrínseco nessas Forças de se colocarem à altura de suas missões.

A influência de militares que observam, em países estrangeiros, através de estudos ou de viagens, as características de organizações modernas e eficientes, acabará por se fazer sentir, num impulso revivificador, rompendo a rotina da conservação ou a descrença e o desânimo. Como em todos os movimentos de ciência ou opinião, a modernização do Exército, a sua transformação em uma força flexível, móvel e potente, há de definir-se como um impulso irresistível, vencido em suas primeiras expansões, mas incontrolável e avassalador, após corporificar-se inelutavelmente.

Há de prevalecer o princípio profissional sobre todas as tentativas de aplicação diversória das forças militares.

Os incentivos hão de ser habilmente explorados para dar vigor ao entusiasmo profissional.

Uma das fontes fundamentais para a manutenção de um elevado nível profissional é a adoção de uma política de preservação dos valores.

Essa política de pessoal deve basear-se no princípio de que aos melhores deverão ser oferecidas todas as oportunidades e atrativos para que se conservem dentro da instituição, servindo-a com entusiasmo e alheiados ao atrativo das funções estranhas.

Uma legislação de fundo demagógico tem-se contraposto ao interesse da organização militar na conservação de seus mais selecionados integrantes. A êstes são justamente oferecidas as melhores condições para o abandono das fileiras militares, onde lhes faltam, por outro lado, os estímulos de adesão convenientes.

A filosofia do nivelamento e uma seleção mal conduzida concorrem para desencorajar os mais capazes e para estimular os mais medíocres.

A política de preservação dos valores é, por conseguinte, um complemento indispensável à seleção do pessoal.

7. A revisão da legislação de promoções

Grande evolução tem experimentado a legislação de promoções em nosso Exército. Assunto bastante delicado, por isso que envolve interesses pessoais, tem evoluído num sentido de assegurar maior justiça no julgamento das qualidades individuais e na eliminação do favoritismo discriminante. Longe está, entretanto, de responder às necessidades de um Exército moderno, em termos de princípios de liderança, racionalização de processos seletivos e determinação da eficiência profissional.

Reconhecemos a impossibilidade de alterações radicais. O aperfeiçoamento deverá ser progressivo. As exigências constantes da evolução dos organismos militares, tanto de ordem interna como externa, obrigam a que se procure incessantemente adaptar toda a legislação de pessoal às condições reais, proporcionando ao Exército características adequadas às suas missões.

Vamos, destarte, formular uma série de teses, a título de sugestões para a meditação e o debate, com vistas a uma reformulação do problema das promoções. Serão idéias de caráter essencialmente doutrinário, sem outra pretensão do que a de cooperar para o equacionamento do assunto em bases mais racionais.

1º A legislação de promoções deve ser unificada em todo o Exército

O problema da formação, em todos os níveis e em todos os setores da organização, armas, serviços e quadros especiais, deve obedecer aos mesmos princípios fundamentais de seleção do pessoal.

Claro é que não se pode estabelecer um único critério seletivo para todos os escalões da hierarquia militar. A medida que se vai considerando os diversos degraus da escala hierárquica novas condições vão prevalecendo. Deve existir, porém, uma homogeneidade de bases fundamentais porque o objetivo de assegurar ao Exército a maior eficiência no cumprimento de suas missões é permanente.

2º *O critério seletivo deve variar com os postos hierárquicos e não levar ao exagero os cômputos numéricos.*

As condições do padrão de eficiência de um graduado são diferentes das de um oficial, as de um oficial subalterno não são idênticas às de um oficial superior. Há assim uma gradual diversificação de bases seletivas, consoante os diversos níveis da escala hierárquica à qual devem atender os critérios de seleção.

A capacidade de realização de esforços físicos a exigir de um jovem tenente não pode ser a mesma para um tenente-coronel. Por outro lado o tirocínio administrativo para o qual a experiência tem inestimável influência não pode ser exigida, em graus semelhantes, nesses dois casos diversos.

Há uma série de qualidades, de aptidões, de tendências que se manifestam decisivas em determinados postos, mas que, muitas vezes, são até contraproducentes em outros.

Por outro lado, as avaliações numéricas, resultantes de somatórios subjetivos, devem apenas ser encaradas como resultados rústicos para seleções iniciais. A seleção qualitativa, consciente e delicada, rigorosa e eficaz, não pode ser feita através de valores calculados em fórmulas cujos dados elementares nunca oferecem a adequada precisão.

A base para uma promoção justa terá de ser uma análise completa e profunda do valor moral e profissional dos candidatos que podem ser separadas no seu conjunto por uma avaliação numérica, mas que devem merecer um estudo acurado de sua capacidade e possibilidades.

É verdade que tais análises sempre se ressentem das influências pessoais dos analistas. Mas essa inconveniência pode ser obviada, através do trabalho conjunto de comissões e do estabelecimento prévio de padrões ideais de personalidade que permitirão um julgamento mais imparcial.

A análise do valor profissional deve considerar o ambiente em que atuam os indivíduos estudados. Não se pode, por exemplo, avaliar a capacidade de instrutor de oficiais de um candidato, se este nunca serviu, nem serve em uma escola de instrução de oficiais. Por outro lado, não se pode estudar apropriadamente as condições físicas de um candidato que trabalha em gabinete. Cada um deve ser estudado em relação ao meio em que atua ou atuou.

Se houver uma preocupação em assegurar registros completos de pessoal, através de meios adequados de controle de carreiras, será possível obter-se dados suficientes para análises satisfatórias.

3º Só deve existir uma única base para promoção: o merecimento.

Não significa essa tese que o elemento antiguidade, isto é, o tempo de serviço não deva ser considerado. Seria a total subversão de uma das bases da disciplina em todas as Forças Armadas. O que se deseja sugerir é a eliminação do tipo de promoção exclusivamente por antiguidade. Esta deve constituir, sim, um fator de merecimento, com o peso necessário para evitar as bruscas ascensões. Mas em todos os graus de hierarquia devem ser favorecidos, dentro de uma conveniente relatividade, os que apresentam maior capacidade e possibilidades, como uma manifestação de incentivo e do próprio interesse da instituição em busca do seu aperfeiçoamento.

Evitar-se-ia, por outro lado, o desestímulo das promoções por antiguidade do pessoal, cujo mérito é reconhecido, fato que tem sido constantemente observado.

Promoção é prêmio ao mérito. A tese oferecida engloba os dois tipos atuais de promoção em um único. Opõe à antiga idéia da "antiguidade melhorada", uma nova concepção: a do "merecimento ponderado", isto é, a da incorporação do termo antiguidade na relação de fatores de merecimento.

4. A promoção deve independe, o máximo possível, dos quadros a que pertencem os candidatos.

Essa tese que se deve aplicar principalmente aos oficiais, visando a assegurar o acesso aos mais capazes sem as servidões e as vantagens impostas pelas restrições de efetivos das armas ou serviços em que se situam, poderá ser procurada através de uma política de "abertura dos quadros", o que é bastante possível nos escalões superiores.

Deveria ser eliminado, dentro dessa idéia, por exemplo, o Quadro de Estado-Maior da Ativa Privativo que constitui em geral, uma contradição relativamente ao conceito que se empresta à formação e à capacidade da oficialidade de estado-maior em nosso Exército.

As funções peculiares deveriam restringir-se quase únicamente às necessidades de preenchimento dos quadros das unidades de tropa ou estabelecimentos das diversas armas e serviços.

Isto permitiria maior distribuição entre todos os quadros, das vagas atribuídas às funções gerais assegurando um acesso mais livre de injunções que limitam o exercício do processo seletivo.

5º A promoção de um militar tem caráter essencialmente pessoal, deve independe de turmas ou ser influenciada por fatores estranhos às condições pessoais do promovido.

Uma das inconveniências da atual legislação de promoções de oficiais em nosso Exército é a rigidez atribuída ao enquadramento das turmas de formação, com o objetivo evidentemente elevado de evitar as ascensões demasiado rápidas. Tal solução, entretanto, teve a grande desvantagem

de prejudicar justamente os mais capazes, os melhores classificados das turmas, geralmente tolhidos em seu acesso, enquanto não evitava o repentina acesso dos piores classificados que dispunham de um "espaço de manobra" muito mais amplo.

Outra falha observada, nesse particular, é a solução adotada para a promoção dos Engenheiros Militares que são promovidos por influência da promoção dos oficiais dos demais quadros.

Essa fórmula constitui um evidente desvirtuamento da verdadeira característica da promoção como um resultado de condições de cunho primordialmente individual.

É necessário extinguir a mentalidade de "turma". Um oficial pertence ao Exército e não a uma "turma", é promovido por seu valor pessoal, por suas características e possibilidades morais e profissionais em benefício da eficiência do conjunto. O seu acesso deve ser o fruto exclusivo de sua atuação, dentro das diversas entidades de sua instituição. Não deve receber o favor ou o prejuízo de pertencer a uma turma X a um quadro Y.

6º A promoção constitui um elemento fundamental para a seleção.

Através dessa tese, interliga-se o processo de promoção ao de seleção de pessoal, procurando assegurar a maior eficiência da organização. É um incentivo que concorre para a preservação dos valores.

Não se pode admitir, nesse assunto, o favoritismo, a injunção política, a manifestação de preferências pessoais. Está em jogo não só a capacidade da organização militar, como uma parcela do interesse nacional, de sua segurança e de seu patrimônio.

8. Conclusão

O assunto acha-se apenas aflorado. Faz-se mister aprofundá-lo e buscar nêle ângulos novos.

Tudo, em um Exército, depende de pessoal. A seleção de pessoal deve ser, pois, na organização militar, uma verdadeira e constante preocupação.

É preciso rever velhos conceitos, atentar sobre as necessidades específicas das condições atuais e libertar-se de preconceitos rudimentares.

O melhor só poderá ser produzido pelos melhores.

* * *

Os direitos adquiridos pelos indivíduos cessam no momento em que os do EXÉRCITO e da NAÇÃO começam a ser prejudicados.

NAPOLEÃO

PROBLEMAS DE UM COMANDANTE DE GRUPAMENTO DE COMBATE

Major ALVARO GALVÃO PEREIRA,
Aluno da ECEME

I — INTRODUÇÃO

A possibilidade de emprêgo de engenhos nucleares durante o curso do combate terrestre por ambos os contendores deu origem a vários problemas peculiares ao campo de batalha nuclear, devido aos efeitos das armas atômicas. Tais problemas têm sido subestimados pelos que advogam, incondicionalmente, a utilização das armas atômicas táticas, e têm sido superestimados pelos que defendem a proibição da guerra nuclear.

Uma atitude mais sensata e mais verossímil parece ser a de aceitar a possibilidade de combate atômico e examinar os problemas decorrentes, em busca de soluções. Não há necessidade de estabelecer, inicialmente se o poder nuclear constitui uma revolução nos processos de travar a guerra ou constitui, apenas, um meio suplementar. O arrebentamento de uma arma atômica é um fato tão real e os problemas dêle decorrentes são tão indeterminados, que a mente do soldado profissional já não pode se dar ao luxo de examinar aspectos teóricos.

Os pensadores militares norte-americanos, ingleses e soviéticos têm tratado exaustivamente do emprêgo tático das armas atômicas. Há, mesmo, uma doutrina já estabelecida para o emprêgo das unidades terrestres no campo de batalha nuclear. Entretanto, a literatura relativa aos problemas operacionais, provocados pelo arrebentamento atômico, é ainda muito reduzida.

O presente trabalho tem por objetivo mostrar alguns dos problemas que se apresentam a um Comandante de Grupamento de Combate no decorrer das operações. Baseia-se em trabalhos publicados nas revistas norte-americanas "Army Information Digest" e "Army". A situação criada constitui uma adaptação do tema "Grupamento de Combate da DI Pentônica no Ataque", ministrado pelo Curso de Infantaria da ECEME, em 1961.

II — SITUAÇÃO INICIAL

No curso de uma operação ofensiva para o Norte, a 4^a DI Azul tomou contato com a posição Vermelha do rio CACHOEIRA — rio CLARO — FUNDÃO, com os 20º Gpt Cmb e 4º RCMec. Estas duas Unidades já empregaram todos os seus elementos que se encontram detidos, na jornada de 19 Jul, na situação do esbôço n. 1.

As fôrças azuis e vermelhas têm empregado armas atômicas, exclusivamente no campo tático.

Em 201600 Jul, o 19º Gpt Cmb, da 4^a DI, encontra-se disperso na região de Eng CUMARU — Eng AÇUDE — Eng BOLES. O seu Cmt tomou conhecimentos das informações seguintes:

— *Conceito da Operação (da DI):*

(1) *Manobra:*

- A DI vai realizar uma penetração, em 220530 Jul, rompendo a posição inimiga com armas nucleares, com a Fôrça Tarefa da 4^a Brigada de Infantaria (16º e 17º Gpt Cmb) ao N, para conquistar sucessivamente SÃO LOURENÇO (01) e PAULISTA (02); com a FT 18º Gpt Cmb, no centro, e a FT 19º Gpt Cmb ao S, para conquistar, respectivamente, PARDO (03) e MOURA — ALVES — SALGADINHO (04).
- Em seguida, prosseguirá, com 1 Gpt Cmb, para se apossar da região de MORRO VERDE (05).
- Ficará em condições de investir AJURICABA.
- Esfôrço principal realizado pela FT 4^a Bda Inf.

(2) *Fogos:*

— *FT 19º Gpt Cmb:*

- Ultrapassar elementos do 20º Gpt Cmb.
- Em 04, em condições de prosseguir para 05.
- Armas atômicas disponíveis para o rompimento da posição inimiga:

5 armas de 2 KT e 1 arma de 10 KT.

— *Composição da FT: 19º Gpt Cmb:*

1^a e 2^a/4º BCC.

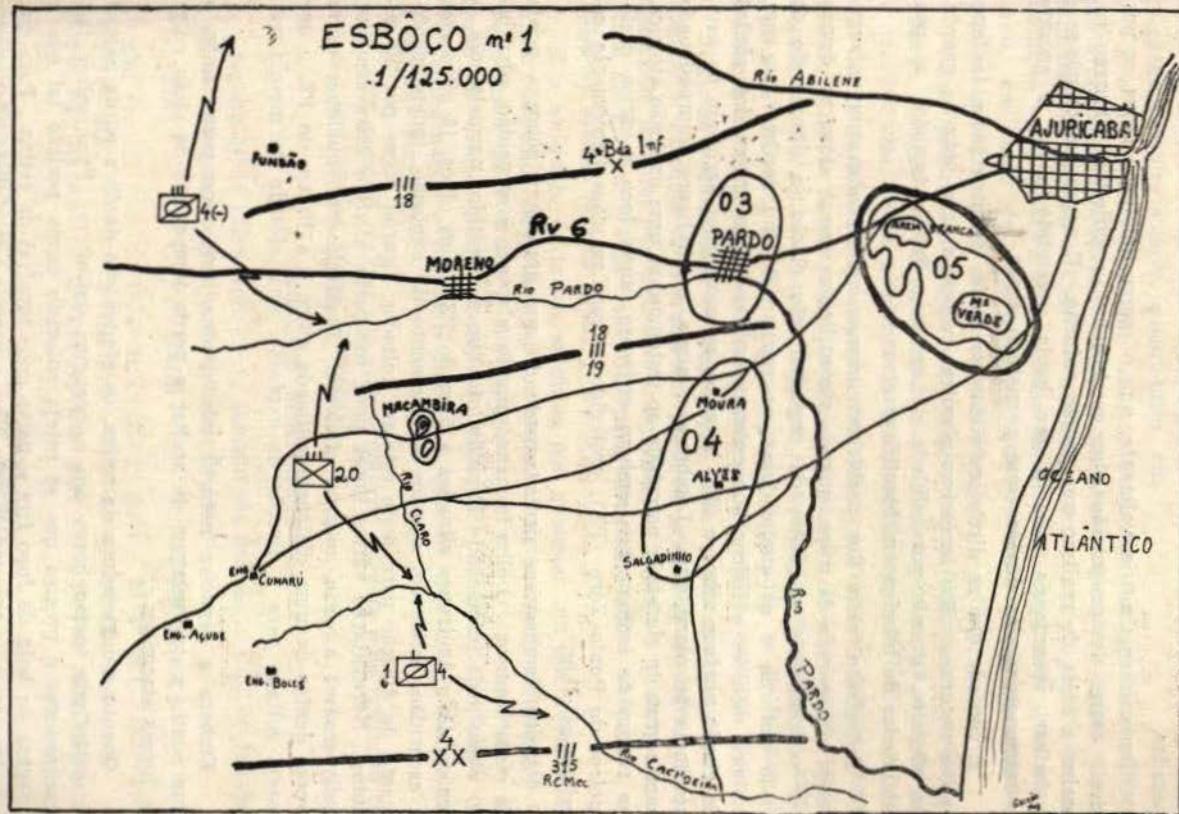
1^a Cia T Bld/4º Btl Trnp.

III — ATAQUE NOTURNO

Durante o estudo de situação, no PC do 19º Gpt Cmb, por ocasião do levantamento dos acidentes capitais, o Cmt do Gpt teve a atenção

PROBLEMAS DE UM COMANDANTE DE GRUPAMENTO . . .

61



despertada pelas condições que apresentava o MORRO DA MACAMBIRÁ. Era um ponto dominante da zona de ação do Gpt, proporcionando excelentes observatórios e bons abrigos. Havia sido assinaladas OT preparadas.

Pareceu ao Cmt, inicialmente, que o morro dominava todos os possíveis eixos de progressão que conduziam ao objetivo. Ocorreu-lhe, assim, a idéia de realizar um ataque noturno. E a sua mente pôs-se a trabalhar, recordando tudo o que havia aprendido sobre o assunto e rememorando as dúvidas que persistiam ainda.

É verdade que as diretrizes atuais acentuam a importância das operações noturnas. Em acréscimo a outras razões, a ação noturna guarda, na ofensiva, grande possibilidade de sucesso. Reduz, também, as possibilidades do inimigo em identificar alvos.

Entretanto, além dos problemas normais relacionados com a segurança e dispersão da tropa, quando são utilizadas armas atômicas, devem ser considerados os efeitos da cegueira pelo clarão, a diminuição da visão noturna e as queimaduras na retina. O Cmt lembrava-se que, embora médicos e físicos houvessem escrito volumes acerca dos efeitos do clarão nuclear sobre o olho humano, as conclusões variavam da complacência ao alarmismo. Lembrou-se, ainda, como ficara impressionado com o grau de claridade percebida ao testemunhar uma explosão atômica, no campo de treinamento, embora estivesse numa toca a vários quilômetros do Ponto Zero (PZ), protegido, e com as mãos firmemente cobrindo os olhos.

Agora, lembrava-se perfeitamente do que aprendera sobre a *perda da visão noturna*. O olho humano, quando adaptado à escuridão, admitirá 50 vezes mais intensidade luminosa do que o admitido, normalmente, à luz do dia. As tropas situadas a 5km do PZ, cujos olhos, já adaptados à escuridão, estiverem abertos no momento da explosão, independentemente da direção para onde estejam voltadas, ficarão cegas por 30 minutos. Necessitarão várias horas para recuperar a visão infravermelha, indispensável à visão noturna eficiente. Possivelmente, qualquer outra tropa, dentro de uma distância estimada entre 5 a 10 km do PZ, e que esteja voltada para a direção da explosão, será afetada da mesma maneira.

Embora a cegueira noturna não produza um dano permanente, o Cmt sentiu a desvantagem de aceitar a perda temporária da visão entre as forças atacantes.

Quanto à queimadura da retina, os efeitos vão desde a perda parcial da visão por várias horas até à cegueira definitiva. Para sofrer tais queimaduras é preciso que se esteja colocado numa posição tal que a imagens da bola de fogo fira a parte mais sensível da retina. Para que esta imagem seja apreendida pelo olho, é preciso que o observador encare diretamente, a bola de fogo. E esta condição de encarar a bola de fogo será, obviamente, preenchida com mais freqüência pelas tropas que atacam.

Finalmente, antes de abandonar a idéia de apoiar com arma atômica um ataque noturno, o Cmt lembrou-se de que, em um tema estudado, ficara estabelecido que dentro de uma "linha de segurança luminosa", todas as tropas devem receber a proteção adicional proporcionada por ungüentos, óculos solares, quebra-luzes, etc.

E o inimigo? Certamente não vai avisar onde e quando realizará um arrebentamento nuclear. Quando perceber que o meu ataque o está atingindo — pensou o Cmt — o inimigo (considerando os efeitos de radiação, calor e sôpro apenas como bonificação) empregará uma única arma, em razão da desorganização que o clarão produzirá, cegando minhas tropas expostas e em movimento.

Como poderão as tropas cegas conservar a direção e o controle? Pode-se proporcionar a elas algum meio preventivo contra a cegueira, o qual permita, ainda, manter o ataque noturno sob controle?

Óculos escuros ou opacos não resolveriam o problema porque, usando-os, as tropas ficarão sem a necessária visão para deslocar-se no escuro. Cobrir um dos olhos de cada homem é uma medida preventiva de valor duvidoso. Afetaria a visão estereoscópica, agravando os problemas de avaliação de distâncias e desbordamento de obstáculos, crateras, etc.

Caso se decida parar o ataque, que visão teriam as tropas para encontrar o caminho de retraimento para as primitivas posições, ou organizar-se para manter o terreno conquistado? Valeria a pena vedar os olhos de 1/3 ou 1/4 de cada GC, para assegurar "olhos videntes", capazes de dirigir os sem visão?

E a utilização de armas atômicas por qualquer um dos adversários, criará obstáculos, desde árvores tombadas até destruições, aumentando as dificuldades de controle e movimento? Alterará o fogo nuclear o aspecto dos acidentes do terreno escolhidos para facilitar o controle?

Abandonando a sua idéia inicial, o Cmt do Gpt deixou formulada a seguinte pergunta:

— "É possível realizar um ataque noturno durante uma operação em que são empregadas armas atômicas?"

IV — OS MORTOS-VIVOS

No dia 21 de julho, após haver tomado sua decisão, o Cmt do 19º Gpt Cmb estabeleceu a seguinte composição de meios:

FT AFIR	FT BALA	FT CRUZ
1ª Cia Fzo	1ª/4º BCC (— 1º Pel)	2ª/4º BCC (— 1º Pel)
1º/1ª/4º BCC	2ª Cia Fzo	3ª Cia Fzo
1ª/Pel AC/Cia Ap	2ª/Pel AC/Cia Ap	3ª/Pel AC/Cia Ap

FT DEDO	FT ELMO
4ª Cia Fzo	5ª Cia Fzo
	1º/2ª/4º BCC

No dia 22, às 0530, as fôrças tarefas ultrapassaram a LP e progrediram (esbôço n. 2):

- no eixo de progressão BRANCO — AMARELO, a FT AFIR, para conquistar 01, ficando em condições de prosseguir para a região de Andrade;
- no eixo de progressão AZUL — VERDE, a FT BALA, para conquistar 02, realizando o esforço principal, e ficando em condições de, de 02, prosseguir para a região do morro da AREIA BRANCA;
- no eixo de progressão PRÊTO, a FT CRUZ, para conquistar 03, ficando em condições de prosseguir para a região de MORRO VERDE ou de cobrir o flanco S.

A reserva do Gpt devia:

(1) FT DEDO:

Seguir a FT AFIR, em condições de:

- tomar a si a missão da FT AFIR ou
- atuar pelo eixo de progressão BRANCO ou AMARELO, a partir do morro da MACAMBIRA.

(2) FT ELMO:

Seguir a FT BALA, em condições de:

- tomar a si a missão da FT BALA ou
- atuar a partir da região de BARBALHO, na direção BARBALHO — Alturas E de SALGADINHO.

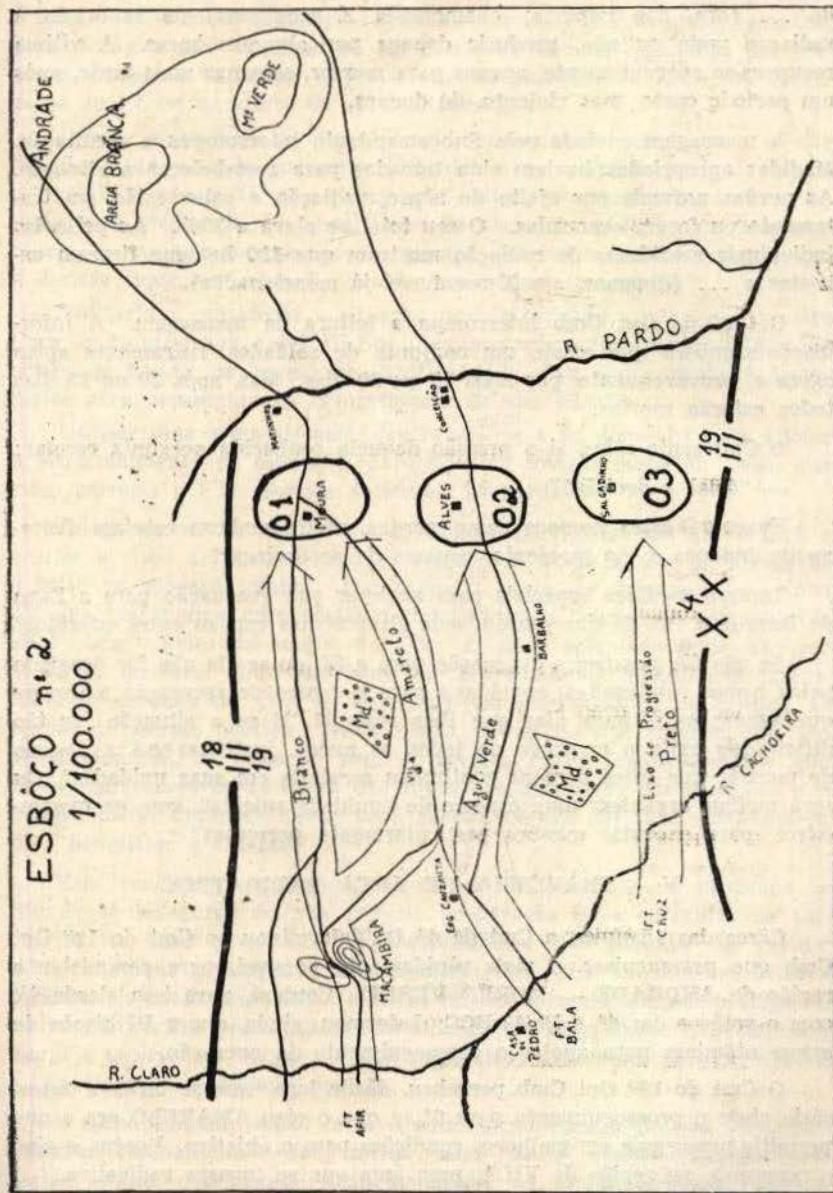
Por volta das 0700 hs a FT AFIR informou estar detida por fogos partidos da região do morro da MACAMBIRA e não poder mais prosseguir. A FT BALA progredia lentamente e a FT CRUZ progredia bem.

Cumprindo a decisão do Cmt Gpt, a FT ELMO atuou na direção CASA DE PEDRO — CANZANZA — VILA, passando a atuar pelo eixo de progressão AMARELO, para conquistar 01.

A partir de 10,00 hs, a FT ELMO, que tomara a si a missão da FT AFIR, teve seus primeiros elementos aferrados por resistências inimigas localizadas na região de VILA. O seu Cmt vai atacar às 11,30 hs, empregando a sua reserva. A FT BALA continua sendo retardada em sua progressão, mas a FT CRUZ progride bem.

Às 11,10 hs a FT ELMO, quando tomava dispositivo para o ataque, foi atingida por um arrbentamento atômico.

Ao receber a notícia, o Cmt do 19º Gpt Cmb voltou a enfrentar, no íntimo de sua mente, êste fenômeno misterioso e apavorante — a radiação atômica. Recordou-se, então, que o efeito da radiação sobre o corpo humano varia, dependendo, principalmente, da dose à qual ficou exposto. Doses concentradas matam em pouco tempo, quando não instantâneamente. Doses muito pequenas podem ser absorvidas com regularidade, produzindo



efeitos reduzidos ou desprezíveis. Diariamente absorvemos energia radiante do Sol. Os cancerosos suportam, normalmente, doses elevadas. O problema situa-se, portanto, entre os extremos. Sim, uma quantidade de ... (ora, não importa; chamemo-la X roentgens) de exposição à radiação pode ou não, produzir doença por algumas horas. A vítima recupera-se aparentemente, apenas para morrer, semanas mais tarde, após um período curto, mas violento, de doença.

A mensagem enviada pelo Subcomandante interrompeu a meditação. Medidas apropriadas haviam sido tomadas para restabelecer a situação. As perdas normais por efeito de sôpro, radiação e calor estão em tratamento ou foram evacuadas. O seu total se eleva a 30%. As películas individuais medidoras de radiação mostram que 130 homens ficaram expostos a ... (digamos, aos X roentgens já mencionados).

O Cmt do Gpt Cmb interrompe a leitura da mensagem. A informação significa que existe um conjunto de soldados, fisicamente aptos agora e, provavelmente, por mais 15 ou 20 dias. Mas, após 20 ou 25 dias todos estarão mortos.

O Cmt sente sobre si a pressão daquela conhecida pergunta escolar:
— “Qual a decisão?”

Evacuará êstes homens como perdas, muito embora estejam fisicamente indenes e, no momento, capazes de se deslocar?

Tomará medidas especiais para acelerar sua evacuação para a Zona do Interior a fim de que passem seus últimos dias com os entes queridos?

Se não fôr possível a evacuação para a ZI, ou se ela não fôr desejada pelas tropas condenadas, enviá-las-á para o centro de recreação a fim de que gozem os últimos dias que lhes restam? E se a situação fôr tão difícil que exija o emprêgo de todos os meios, justificar-se-á a decisão de mandar que êstes homens continuem servindo em suas unidades? Ou será melhor organizar uma espécie de “unidade suicida”, com os mortos-vivos, para executar missões particularmente perigosas?

V — TRAVESSIA DE ÁREA RADIOATIVA

Cerca das 15,00 hs, o Cmt da 4^a DI determinou ao Cmt do 19º Gpt Cmb que prosseguisse, o mais rapidamente possível, para conquistar a região de ANDRADE — MORRO VERDE. Contará, para isso, desde já, com o reforço das 4^a e 5^a/4º BCC. Informou, ainda, que a DI dispõe de armas atômicas para apoiar o prosseguimento da operação.

O Cmt do 19º Gpt Cmb percebeu, desde logo, que se tornava necessário abrir o prosseguimento para 01, e que o eixo AMARELO era o que permitia prosseguir em melhores condições para o objetivo. Porém, o eixo atravessava, na região de VILA, uma área que se tornara radioativa.

Uma solução para o problema da zona radioativa que deve ser atravessada, mas não ocupada, consiste em motorizar as tropas, permitindo uma transposição rápida da região.

Entretanto, mesmo os planos mais perfeitos sofrem, muitas vezes, imprevistos. Pode ocorrer algo capaz de retardar ou deter a força motorizada dentro da região perigosa, levando à ocorrência de perdas excessivas. As regiões radioativas podem se apresentar com maior tamanho, com radiações mais intensas ou em partes do terreno diferentes das previstas, devendo a variações imprevisíveis na potência da arma, na localização do PZ ou na altura de arrebentamento.

O que acontecerá à Fôrça Tarefa, atuando de acordo com o que foi planejado, quando encontrar intensidade de radiação perigosa e não prevista? Prosseguirá ou retrocederá? Nesta circunstância, será a decisão uma atribuição do comandante do elemento atingido ou a importância do cumprimento da missão, para o Gpt como um todo, impõe que a decisão fique em mãos do escalão imediatamente superior?

Voltando a considerar a situação de sua unidade, o Cmt do 19º Gpt Cmb lembrou-se que a FT BALA, que progredira fortemente retardada, achava-se detida na região de BARBALHO. Seu Cmt solicitava novos meios para prosseguir no cumprimento de sua missão.

Utilizar uma arma atômica, dentre as que a DI dispunha para apoiar o prosseguimento da operação, pareceu uma solução razoável. Mas, que risco correria a FT? Seriam aceitáveis as perdas?

Admite-se, de há muito, que a situação geral pode obrigar o Cmt a aceitar o risco de perder algumas frações de tropa a fim de assegurar o êxito da operação global. Por exemplo, pode ser determinado a uma FT que transponha uma região radioativa para conquistar um objetivo vital para o êxito do ataque do Gpt. O risco calculado pode não ser aceitável no nível Cia, mas pode ser perfeitamente justificável no estudo de situação do Cmt do Gpt, face às possibilidades de reduzir as perdas no âmbito do Gpt. Neste ponto, o Cmt do Gpt admitiu que, em ações atômicas, os Cmts se vêm envolvidos (mais freqüentemente que os seus antecessores da época dos fogos não atômicos) em situações que exigem maior coragem moral para aceitar perdas em suas subunidades, para beneficiar a Unidade.

Esta conclusão, entretanto, levou-o a um exame mais profundo, a fim de se assegurar de sua própria preparação para enfrentar as exigências de suas complexas responsabilidades. No passado, ao decidir sobre o ataque principal e o secundário, um Cmt considerava fatores ponderáveis como dispositivo, efetivo, reforços, condições meteorológicas, terreno, situação e possibilidades do inimigo, e fatores imponderáveis como moral e espírito de corpo. O Cmt atual deve considerar um fator novo e importante: — radiação nuclear.

O corpo humano possui certos limites de tolerância que lhe permitem absorver radioatividade sem sofrer dano. Estes limites de tolerância variam muito, dependendo, principalmente, do estado sanitário, quantidade de radiação absorvida e espaço de tempo durante o qual houve exposição à radiação. O estudo das películas individuais medidoras de radiação e dos diversos relatórios sobre exposição à radiação, criaram

um campo inteiramente novo, tanto para os médicos como para os Cmts. Assim, cada indivíduo que absorveu, ou quase absorveu, radiação até o seu limite de tolerância deve ser, no mínimo, transferido para uma região onde as possibilidades de nova exposição sejam mínimas ou nulas. Não é inverossímil supor que todo o efetivo de uma Cia possa atingir, na mesma ocasião, o limite de tolerância.

Evidentemente, ao desdobrar suas subunidades, o Cmt deve pensar em atribuir aos subordinados com maior tempo de exposição à radiação, missões que comportarão um mínimo de risco de exposição adicional. A execução, todavia, pode não ocorrer exatamente de acordo com o planejamento. O Cmt do 19º Gpt Cmb lembrou-se que não sabia, ainda, o grau de exposição da FT BALA resultante da explosão atômica que havia atingido a FT ELMO. Seria, então, o caso de utilizar uma arma atômica para permitir o prosseguimento da FT? O que acontecerá, se uma subunidade já exposta quase ao limite perigoso de doses acumuladas, defrontar-se com graus perigosos e imprevistos de radiação? Uma outra subunidade, não exposta, pode ser lançada através de uma região perigosa e sofrer, apenas, uma dezena de perdas, a maioria das quais por incapacidade física ao invés de por morte. Mas a nova exposição da subunidade já bastante contaminada pode resultar numa centena de mortes.

VI — TRANSPOSIÇÃO DE RIO RADIOATIVO

Durante o seu estudo de situação, o Cmt do 19º Gpt Cmb verificara a importância, para a conquista de 05, das passagens sobre o rio PARDO, em MATINHOS e CONCEIÇÃO. O rio, com 30 m de largura e 2 m de profundidade, embora constituindo obstáculo, não exigiria uma operação especial para transposição de curso d'água. Mas, e se o rio estivesse radioativo?

O tamanho da área que pode ser contaminada por arrebentamentos na superfície depende da potência, da velocidade e da direção do vento, do grau de "limpeza" da arma, etc. Parece lógico que um inimigo, defendendo um rio obstáculo, arranje uma combinação destes fatores, de forma a produzir um tal grau de radiação inaceitável para quem vai realizar a transposição, pelo menos por 4 ou 5 quilômetros rio abaixo, a partir do PZ.

A hipótese admite que a própria água carregará, rio abaixo, uma quantidade de radiação considerável, porém difícil de predizer, resultante de um arrebentamento na, ou próximo da superfície do rio. A utilização de alguns arrebentamentos poderia criar uma barreira em toda a extensão da frente necessária à transposição. A repetição dos arrebentamentos em intervalos apropriados poderá manter um grau perigoso de contaminação.

A travessia do curso de água admite a necessidade de balsas ou pontes para o transporte de CC e outras viaturas pesadas. Possuirá o Gpt Cmb um Super-Homem capaz de sobreviver, neste ambiente con-

taminado, o tempo suficiente para construir ou operar as pontes ou balsas necessárias? Poderá haver um equipamento de ponte capaz de ser montado tão rapidamente que satisfaça às condições de "tempo de permanência em áreas contaminadas", ou a solução terá que ser achada por um outro caminho?

A presença do S3 interrompeu a meditação do Cmt do 19º Gpt Cmb. Trocaram breves palavras. Eram 15,20 hs quando o S3 anotou a seguinte decisão do Cmt:

- Atuar, o mais cedo possível, com a FT DEDO, na direção CAN-ZANZA — MOURA, para se apossar dessa última região.
- Em seguida prosseguir com duas FT, para conquistar as passagens sobre o rio PARDO em MATINHOS E CONCEIÇÃO.
- Empregar arma atômica contra as posições inimigas da região E de BARBALHO, a fim de acelerar o prosseguimento das FT BALA e CRUZ.
- Ficar em condições de prosseguir para a região de ANDRADE e MORRO VERDE.

VII — CONCLUSÃO

Pretendemos, com o presente trabalho, despertar a atenção dos companheiros para algumas das inúmeras dificuldades e incógnitas que envolvem o combate atômico. Os problemas normais de um ataque convencional foram acrescidos, no campo de batalha atômico, pelo fenômeno misterioso e apavorante das radiações atômicas.

O Cmt de um Gpt Cmb é, mais constantemente, obrigado a enfrentar situações que exigem coragem para aceitar riscos calculados.

A intensidade luminosa proveniente do arrebentamento de uma arma atômica criou novos problemas que devem ser levados em conta antes da realização do ataque noturno. Um rio obstáculo, tornado radioativo, constitui um fator inteiramente novo na operação de travessia de curso de água.

Certa vez, explicando ao seu EM porque atacava sempre, disse o General Patton: — "Enquanto você ataca, o inimigo não acha tempo para planejar como atacar você".

O emprêgo da arma atômica contra o nosso ataque será o elemento que permitirá ao inimigo encontrar tempo para planejar como nos atacar?

"A guerra moderna, da mesma maneira que a guerra de outrora, resume-se na vontade das forças terrestres de avançarem a despeito de tudo — cansaço, medo, ferimentos e morte."

ALTERAÇÃO DE ENDERÉÇO

Em caso de alteração do seu enderêço, disso dê conhecimento à Revista, com a máxima urgência, a fim de continuar a recebê-la com regularidade. Para isso faça a sua comunicação diretamente ou através do nosso Representante na sua organização.

FICHA DE MOVIMENTAÇÃO

(Fineza preencher a máquina ou com letra legível)

Nome

Pôsto

Enderêço antigo:

.....
(Organização militar ou residência)

Cidade Estado

Nôvo enderêço:

.....
(Organização militar ou residência)

Cidade Estado

.....
(Local e data)

.....
(Assinatura)

AGRADECIMENTOS

Por motivos particulares deixaram suas funções nesta Revista o Maj LAURO LIMA SANTOS e o 1º Ten Farm JOSÉ BARRETO DOS SANTOS, encarregados, respectivamente, da Publicidade e Expedição.

Lamentando o afastamento de tão distintos e eficientes colaboradores, esta Revista torna público êste agradecimento pelo muito que por ela fizeram e, desejando-lhes felicidades, faz votos de que no futuro possa voltar mais uma vez a contar nos seus quadros com a presença do Maj LAURO e Ten BARRETO.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ARMA DE CAVALARIA

Maj W. ROBERTO DA CUNHA E MENEZES,
Oficial de EM.

GENESE DA CAVALARIA

Desde que a humanidade passou a dedicar parte de seu tempo à arte e ciência da guerra, surgiu a idéia de se conseguir um meio de combater a cavaleiro do inimigo, isto é, com superioridade de posição.

No primitivismo das guerras de então, onde os homens se juntavam para a luta, por terem em mira um objetivo comum, não havia a idéia de formação de um bloco unitário. A batalha era antes de tudo uma composição de inúmeros combates individuais, onde o valor do combatentes e o peso de suas armas eram os fatores decisivos.

Cedo se notou que aquêle que dispusesse de maior rapidez, liberdade de movimentos e uma posição favorável, aliados a maior poder de choque, desde logo levaria grande vantagem sobre seu oponente.

Isto poderia ser conseguido com o auxílio dos animais domesticados, particularmente o cavalo e o elefante, que, por sua docilidade, coragem, massa e velocidade dariam àqueles que utilizassem tôdas as vantagens acima.

Assim, o guerreiro incorpora a seus petrechos de guerra, êste novo elemento que lhe permite deslocamentos longos e rápidos, potência de choque e posição superior a seu oponente a pé.

Os povos semicivilizados do Oriente, os Persas, os Medas e os Assírios foram povos cavaleiros por excelência.

Seus exercitos possuíam grandes massas de Cavalaria e para resistir às suas cargas os Gregos e Macedônios tiveram que reunir seus infantes em falanges, único meio capaz de resistir a essa onda que se esparramava pela campina levando tudo de roldão.

No entanto, as falanges estavam sempre sujeitas a ser envolvidas e depois desgastadas por aquêle mar revólto de homens a cavalo que as fustigavam por todos os lados.

Era, pois, necessário criar uma força capaz de, por sua mobilidade e potência de choque, proteger os flancos e a retaguarda das formações de batalha, bem como castigar o flanco e a retaguarda inimiga perseguinto-o e destruindo-o se batesse em retirada.

Aparecem assim os Catafratas, cavalaria pesada, destinada a tomar parte na batalha e os Sarissóforos, cavalaria ligeira, que tomada parte

na batalha juntamente com os Catafratas, ainda tinha por missão, após a batalha, perseguir e destruir o inimigo em retirada.

Esta cavalaria era organizada em ILHAS de 64 cavaleiros ou em Epitagmas de 64 Ilhas (4.096 cavaleiros) e utilizava ao máximo a potência de choque, mas seu emprégo sempre relegado a plano secundário, nunca teve influência decisiva na batalha.

Com o declínio da civilização grega, começa o resplendor de Roma que emprega sua cavalaria, os Equitas, nos mesmos moldes, mas dando-lhe uma importância bem menor.

Suas tropas montadas são, junto às legiões, como que tropas auxiliares e, na sua grande maioria, são compostas de mercenários ou recrutadas entre os povos subjugados.

É Aníbal, o Cartaginês, que nas guerras Púnicas e particularmente em Canes, vai revelar o partido que se pode tirar de uma cavalaria coesa empregada em massa e como arma de choque.

Sua cavalaria Númida inicia a batalha e lhe dá o acabamento.

Ela não é, contudo, o elemento básico e decisivo da batalha.

Cabe, ainda, à infantaria (Legiões) o papel preponderante.

A CAVALARIA NA IDADE MÉDIA E MODERNA

O feudalismo transforma a Cavalaria numa instituição.

Ela é parte da organização social.

Segundo Léon Gantier, "é a Cavalaria a forma cristã da condição militar; o cavaleiro é o soldado cristão".

Ela é o amálgama de todas as virtudes.

Na guerra, torna-se a Cavalaria a arma principal da batalha, é seu elemento decisivo. Não tem flexibilidade nem velocidade. Sua missão é unicamente combater.

O homem de armas, sob o peso da couraça, montado em um pesado cavalo igualmente encouraçado, não pode se mover livremente no campo de batalha.

O combate é quase individual. A luta tem aspecto cruel e brutal.

Há uma regressão completa na arte militar.

Os exércitos nada mais são do que um aglomerado de nobres cavaleiros, valentes e indisciplinados, apoiados por peões da mais ínfima categoria social.

Após a vitória, a pionagem que aguardava a decisão pelo choque das Cavalarias, lança-se ao campo de batalha onde assassina os cavaleiros caídos e saqueia todos os cadáveres.

O advento da arma de fogo, nos fins da Idade Média não traz, desde logo, consequências capazes de alterar a ordem das coisas.

Ao contrário, foi lentíssima sua influência na arte da guerra.

As batalhas de CRECY (1346) e POITIERS (1356) não deixaram ensinamentos que viessem anular o papel da Cavalaria na batalha.

Se na primeira, a cavalaria francesa, perde a coesão por causa do fogo das bombardas e se deixa destroçar pela infantaria inglesa, em POITIERS é a cavalaria inglesa que unida e disciplinada, em vigorosa carga, destrói os cavaleiros franceses que haviam apeado para a batalha.

No entanto, a tática começa a sofrer algumas modificações e a infantaria vai readquirindo uma certa importância.

Mas a Cavalaria só cedeu seu lugar preponderante quando, no século XVII, o progresso das armas de fogo foi tal que as armaduras dos cavaleiros não resistiam aos seus projéteis e não era mais possível carregar e esmagar uma infantaria coesa, emaçada e disciplinada.

É CONDÉ que melhor comprehende os novos problemas e a impossibilidade cada vez maior de se obter êxito com ataques frontais de massas a cavalo contra uma infantaria dotada de canhões e de mosquetes.

Em ROCROY (1643), a Cavalaria carrega, mas não o faz sobre os flancos e retaguarda do inimigo, evitando o fogo poderoso da infantaria e aproveitando ao máximo a flexibilidade, a fluidez e a velocidade que lhe são péculiares.

Assim foi introduzida, no emprêgo da Cavalaria, a idéia de **Manobra**.

Frederico da Prússia amplia e melhora os processos de Condé apoiando a ação de choque pelo fogo da Artilharia.

É também Frederico que vai empregar a cavalaria como órgão de informações e de segurança.

Começam assim a se definir perfeitamente as missões de Arma, que atuará daí por diante, antes da batalha, durante a batalha e após a batalha.

Antes da batalha ela deverá tomar a seu cargo os reconhecimentos próximos e longínquos e a segurança aproximada e afastada.

Durante a batalha cabe-lhe decidir a luta pelo choque de suas cargas.

Após a batalha deverá perseguir e destruir o inimigo em retirada.

Inicia-se, então, o período áureo da Cavalaria, que vai adquirir todo o seu esplendor, em concepção e execução, na época Napoleônica.

CAVALARIA NAPOLEÔNICA

Napoleão foi o primeiro a divulgar com amplitude o emprêgo da Cavalaria; depois dele todos os grandes mestres da guerra inspiram-se em seus princípios.

Ele tira o máximo partido das qualidades da Arma, empregando-a para:

- criar uma rede de segurança em torno dos Exércitos;
- cobrir a marcha dos Exércitos;

- desvendar, desde o mais longe possível, os movimentos do inimigo e dificultá-los;
- atuar sobre as retaguardas do inimigo, seus comboios e linhas de comunicação;
- realizar incursões profundas, com objetivos bem definidos de posse, destruição ou isolamento de zonas e meios;
- intervir na batalha;
- perseguir e completar a destruição do inimigo batido e impedir sua reconstituição.

Para Napoleão, a cavalaria é ainda, e sobretudo, uma arma de choque, uma reserva móvel no campo de batalha, onde ela desempenha um papel de grande importância.

Fora do campo de batalha é empregada nas missões de segurança, cobertura, exploração e perseguição.

A cavalaria Napoleônica, como aliás todas as cavalariais da época, se repartia em três tipos distintos:

- Cavalaria pesada (Couraceiros, Carabineiros a Cavalo, etc.);
- cavalaria ligeira (Hussardos, Caçadores a Cavalo, Lanceiros e Ulanos, sendo que estes dois últimos encontrados particularmente nos exércitos da Prússia, Áustria e Inglaterra);
- cavalaria de linha (Dragões, etc.).

Sua organização comportava: Regimentos, Brigadas, Divisões e Corpos.

A Cavalaria Ligeira competia, particularmente, informar e cobrir, enquanto que à Cavalaria Pesada cabia atuar pelo choque e destruir o inimigo.

Já a Cavalaria de Linha podia combater a pé ou a cavalo e sua principal missão era apoiar as outras Cavalariais nas ações em força quando estas precisassem de fogo para permitir o movimento.

No entanto, qualquer dos três tipos de Cavalaria, era apto a desempenhar a contento todas as missões clássicas da Arma, e numerosas vezes nas Campanhas do Império, vamos encontrar grandes massas de Cavalaria de todos os tipos, tomando parte nas coberturas, nas cargas finais e na perseguição.

Durante todo o período Napoleônico a Cavalaria estará repartida entre: os Corpos do Exército, a Guarda e a Reserva de Cavalaria.

Em cada Corpo de Exército encontramos uma Divisão ou uma Brigada de Cavalaria Ligeira, que era o estritamente necessário para dar ao comandante do Corpo a segurança desejada, pela cobertura e pela informação.

Quando o Corpo se engajava na Batalha, era sua Cavalaria uma reserva de grande mobilidade capaz de intervir quando solicitada, seja para fechar uma brecha, seja para atuar sobre um flanco inimigo, seja ainda para desorganizar esse inimigo e persegui-lo.

Na Reserva de Cavalaria do Grande Exército, temos a grande massa da Arma. Seis ou mais Divisões de Cavalaria Pesada e de Linha, tendo por missão carregar para completar a vitória, desorganizar a cavalaria inimiga, perseguir e destruir o inimigo em retirada.

A Guarda, tropa de elite, é uma reserva particular do Imperador. Formada por todas as armas e selecionadas com carinho, é o trunfo máximo, que só se emprega para ganhar definitivamente a partida.

Eventualmente, Napoleão utilizou Corpos de Cavalaria, formados por Divisões Ligeiras, Pesadas e de Linha e fortemente apoiados por Artilharia a Cavalo.

A êsses Corpos eram dadas as missões profundas de incursões, reconhecimentos a grandes distâncias e organização de uma rede de segurança que permitisse a liberdade de movimentos do Exército.

A CAVALARIA NAS AMÉRICAS

As idéias lançadas pela Revolução Francesa e a convulsão provocada na Europa pelas sucessivas campanhas de Napoleão fazem germinar nas Américas, e particularmente na América Latina, a idéia da independência.

Esta independência não se fará sem luta e, nos campos de batalha, se aplicará a doutrina de guerra então em vigor, a doutrina Napoleônica.

No entanto, fruto das peculiaridades do TO, a par da doutrina importada, surge também a doutrina "crioula", inteiramente adaptada ao homem, ao terreno e às condições sociais e econômicas das novas nações.

Vamos encontrar então, nos exércitos sul-americanos, uma Cavalaria nos moldes da cavalaria européia, com suas unidades ligeiras, pesadas e de linha, uniformizada e enquadrada e, paralelamente, uma cavalaria irregular, numerosa, indisciplinada e brava.

A primeira executava as missões tradicionais da Arma, com precisão e disciplina. Suas cargas tinham grande poder de choque pois suas formações eram côesas e maciças.

Já a segunda não tinha unidade, seu armamento era heterogêneo, a tropa montava e se armava por conta própria. Na batalha, não tinha grande poder de choque, mas era formidável para as ações de guerrilha, de reconhecimentos profundos, de inquietação e de perseguição.

Ao contrário da Cavalaria regular, nunca apeava para combater pelo fogo, suas armas eram a lança, a espada e o machete.

Vamos assim encontrar, na Venezuela, os "llaneros" de Paez, hordas semibárbaras, cavaleiros audazes, que espalhados pelos campos deixavam a terra rasa.

Nas campanhas do Prata, é o "gaúcho" que, arregimentado, faz a segurança das fronteiras, incursionando profundamente em território ini-

migo, seja para reconhecer, seja para arrebanhar o gado, porventura existente, a fim de suprir suas fôrças e reduzir os suprimentos inimigos.

Também na batalha, êsses cavaleiros tomam parte ombreando com as tropas regulares e é assim que vamos encontrar o general Abreu, carregando à frente de sua gente na memorável batalha do Passo do Rosário.

Em Caceres se misturavam as tropas regulares e os bandos de gaúchos, todos contribuindo efetivamente para a vitória final.

Nas Campanhas da Tríplice Aliança onde se movimentaram os maiores exércitos que até então foram vistos na América do Sul, a Cavalaria desempenha cabalmente sua missão. Ela cobre, retarda, reconhece, incursiona, manobra e toma parte nas batalhas.

Na guerra de Secesão Norte-Americana (1862-1865) as operações vão se desenrolar em um teatro onde os grandes espaços deixam livre curso à intrepidez dos chefes de Cavalaria.

Os Estados do Sul possuíam uma cavalaria excelentemente montada, e muito mais numerosa do que os do Norte. Vão pois aproveitá-la na execução de incursões profundas a fim de perturbar as retaguardas inimigas atingindo-lhes centros vitais, cortando-lhes as comunicações e destruindo-lhes os suprimentos.

Stuart, com 18.000 cavaleiros desborda o exército de Mac Clellan e percorre um trajeto de 242 quilômetros em três dias e Sheridan, na Virginia, faz um "raid" de trinta e seis dias no interior de território inimigo.

Os resultados destas incursões, no conjunto das operações, bem poderiam ter sido maiores se tivessem tido objetivos estratégicos bem determinados para ocasionar ao inimigo um prejuízo realmente durável.

Na cavalaria tanto do Sul como do Norte, vamos encontrar o combate a pé, pelo fogo, como norma geral, embora as cargas ainda fôssem muito empregadas.

A CAVALARIA MODERNA

Após a heróica carga da Brigada Ligeira em Balaklava, começa-se a pensar que a evolução do armamento tornaria difícil o emprêgo da cavalaria na batalha.

Mesmo assim quando se abre a campanha de 1870 a cavalaria não renuncia a tomar parte nos grandes encontros de tôdas as armas.

No entanto, se os prussianos apresentam uma Cavalaria capaz de bem cumprir tôdas as missões da Arma; reconhecer, cobrir e combater, os franceses, por seu lado, se desbastam em cargas infrutíferas abandonando e tornando inexistentes as coberturas e os reconhecimentos, permitindo assim que sua infantaria seja surpreendida por diversas vêzes.

Mesmo assim a Cavalaria alemã nem sempre soube manter o contacto ou executar a perseguição a fundo.

Não raro, durante a campanha, os contactos foram rompidos e só foram retomados com grandes dificuldades.

Pelo famoso memorando de Moltke, enviado a Guilherme I em 25 de julho de 1868, a Cavalaria alemã seria organizada em Regimentos de Cavalaria Divisionários, um para cada Divisão de Infantaria e Divisões de Cavalaria, uma para cada Corpo de Exército.

As Divisões de Cavalaria não seriam inseparáveis dos Corpos de Exército pois que em casos especiais poderiam ser reunidas formando Corpos de Cavalaria que seriam empregados na exploração estratégica e na perseguição após a batalha.

Após a Guerra de 1870 e calcados nas experiências nela colhidas, vamos encontrar os exércitos da Europa em plena evolução. Assim é que a França, em 1873, copia a organização alemã de 1870, que aliás manteve as tradições Napoleônicas.

Vamos então encontrar a Cavalaria distribuída pelas Divisões de Infantaria (Cavalaria divisionária), pelos Corpos de Exército e pela Reserva de Cavalaria (Divisões e Corpos de Cavalaria Independente).

Aos Corpos e Divisões de Cavalaria caberiam as missões de Segurança e de exploração estratégica: cobertura, ações retardadoras e sobre tudo a perseguição do inimigo vencido na batalha geral, até ao extremo das fôrças dos homens e dos cavalos.

A par dêste emprêgo de grande envergadura das massas de Cavalaria, uma missão mais modesta era imposta aos Regimentos de Corpo de Exército e aos Esquadrões das Divisões de Infantaria.

A êstes caberia a segurança tática das grandes unidades de todas as armas às quais pertenciam, dando-lhes tempo para fomarem seus dispositivos para o combate.

É assim que a Cavalaria toma parte na 1^a Guerra Mundial.

Na frente Ocidental, nos Balkãs e na Palestina, a Cavalaria vem demonstrar que, quando bem instruída e principalmente bem comandada, poderá executar ações que venham a influir grandemente no conjunto das operações.

O "raid" na Bélgica, a penetração da 5^a DC francesa até Ourcq, a batalha do Yser, Uskub e a ação dos Corpos Montados do Deserto, na Palestina, são exemplos que comprovam o que acaba de ser dito.

Mesmo na estabilização que se seguiu à batalha do Marne a Cavalaria desempenhou papel importante entre as fôrças contendoras.

Quando da "corrida para o mar", massas de Cavalaria foram empregadas para desbordar os flancos ainda não apoiados, mas o equilíbrio então existente entre a cavalaria francesa e a alemã fêz com que essa procura de envolvimento fôsse sem resultado.

Quando ocorria ser aberta uma brecha no dispositivo, era a Cavalaria chamada a tamponá-la até que a Infantaria, mais lenta, viesse a tomá-la a seu cargo.

Na guerra de trincheira, vamos encontrar a cavalaria a pé ocupando setores e, sempre que o exército retraía e havia espaço suficiente, era a Cavalaria que cobria êsses retraimentos, chegando não poucas vezes até ao sacrifício.

Na frente oriental, a guerra de posição não se estabilizou, e ao contrário do que ocorreu no ocidente, evoluiu rapidamente para uma guerra de movimento. Assim foram criados grandes Corpos de Cavalaria cuja missão era envolver e ilhar o inimigo ou atuar na sua retaguarda cortando-lhes as comunicações e tolhendo-lhe os movimentos.

Era uma Cavalaria muito bem equipada e perfeitamente apta para o combate a pé, colocando-se mesmo a par da Infantaria à qual era superior devido à sua mobilidade.

“A 1^a Guerra Mundial em nada mudou as tradicionais missões da Cavalaria, mas ensinou que devido ao efeito das armas modernas, para vencer uma resistência inimiga o combate a pé é muito superior a uma carga. Demonstrou ainda que na guerra de movimento sómente massas de Cavalaria são capazes de lograr êxitos importantes”. (Gen Von BORIES — Cavalaria de Exército).

Entre a 1^a e a 2^a Guerra Mundial, o grande progresso técnico-científico-industrial proporcionou aos Exércitos novos meios, que uma vez aproveitados, influíram grandemente na estruturação e no emprégio das fôrças.

O rádio, o motor e o avião imprimiram grandes modificações nas formações e nos processos de combate.

As unidades e grandes unidades terão que ser mais flexíveis e ter maior mobilidade.

Surgem então as unidades mecanizadas de reconhecimento e as Divisões e Corpos de Exército Blindados, aos quais se deve, no início da campanha, em 1940, o rápido avanço dos Alemães, das ARDENAS até DUNQUERQUE.

O motor, substituindo o cavalo, restituui à Cavalaria todo o seu resplendor.

O carro de Combate deu-lhe mais velocidade, maior potência de choque e ainda uma relativa proteção.

O rádio permitiu o controle das massas blindadas e do apoio aéreo aproximado.

O avião forneceu o apoio de fogo, sem a necessidade de grandes concentrações de artilharia, e com maior amplitude de intervenção no combate.

Não se pense, no entanto, que na 2^a Guerra Mundial só se empregou cavalaria mecanizada e blindada. Não!

Na frente ocidental, temos o glorioso exemplo da 2^a DCL, Divisão Berniquet, de organização mista, cumprindo com galhardia sua missão defensiva em SEDAN e no corte do SOMME.

Na frente oriental, TO com características inteiramente diferentes dos encontrados no ocidente, vamos encontrar em toda sua plenitude as Grandes Unidades de Cavalaria a cavalo, cumprindo magnificamente suas missões.

Particularmente na UCRÂNIA, mal dotada de vias de comunicações, a cavalaria hipomóvel teve largo emprêgo por parte dos Russos que, com 300.000 cavaleiros cumpriram melhor do que qualquer outro tipo de unidade, as missões de reconhecer, cobrir e combater.

CONCLUSÕES

Por este rápido relato constatamos que a Cavalaria sempre teve papel importante na História Militar. Desde os tempos Bíblicos a Cavalaria vem preenchendo as necessidades dos comandos de: informações, segurança, potência de choque e destruição do inimigo.

Vimos também que em qualquer escalão houve e haverá necessidade de uma força essencialmente móvel para o cumprimento de missões específicas de reconhecer, cobrir e combater que têm lugar antes, durante e depois da batalha, e que essa força se denomina Cavalaria.

Constatamos ainda que a estrutura, a organização e o emprêgo que Napoleão deu à sua Cavalaria, com pequenas nuances, perduram até nossos dias.

Se à sua Cavalaria Ligeira cabia reconhecer, cobrir e retardar, hoje essas missões estão afetas às modernas Brigadas de Cavalaria Mecanizadas.

A Cavalaria Pesada, então destinada às incursões profundas, grandes coberturas, aniquilamento do inimigo pelo choque e sua perseguição até a destruição final, foi hoje substituída pelas Divisões e Corpos Blindados.

Quanto à Cavalaria de Linha que deveria apoiar pelo fogo as ações das outras Cavalaria, vemo-la representada pelas unidades de Cavalaria motorizada, transportada, ou mesmo pela Infantaria blindada das DB.

Verificamos então que as missões da cavalaria não mudaram, mas que a arma teve que evoluir para cumpri-las.

Assim vamos encontrar, através da História, os terríveis carros de guerra Assírios, a devastadora Cavalaria Mongol, os couraçados cavaleiros medievais, a gloriosa Cavalaria do Império e a moderna Cavalaria blindada.

Concluindo diremos que, a cavalo ou motor, haverá sempre uma Cavalaria !

Maio — 1961.

BIBLIOGRAFIA

- NAPOLEAO E A GUERRA MODERNA — Cel Conrad K. Lanza
- A GUERRA ATRAVÉS DOS SÉCULOS — Maj Jayme Ribeiro da Graça
- HISTÓRIA MILITAR — Cel Pedro Cordolino F. de Azevedo
- ESTUDO SÓBRE LA CABALLERIA SEGUIDO DE CASOS CONCRETOS — H. Salmon
- IDADE MÉDIA — A CAVALARIA E AS CRUZADAS → Ivan Lins
- CABALLERIA DE EXÉRCITO EM LA GUERRA DE MOVIMENTO — Gen Bda Von Borries
- HISTOIRE MILITAIRE — Cap La Condomine
- CAVALARIA — ECEME
- COURS D'EMPLOI DES ARMES — ECEME
- ENCICLOPÉDIA BRITANICA.

“As reformas reclamadas pela consciência e necessidades do povo brasileiro interessam profundamente às Fôrças Armadas que, longe de se oporem a elas, vêem-nas como fator de aperfeiçoamento da Segurança Nacional.

Como integrante das Fôrças Armadas, tem o Exército necessidades particulares no quadro dessas reformas: a reestruturação e modernização de seus organismos, de forma a bem habilitá-lo para o cumprimento de sua missão constitucional.”

(Da aula inaugural na ECEME proferida pelo Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Emílio Rodrigues Ribas, Chefe do Estado-Maior do Exército.)

TELEVISÃO EDUCATIVA

Major TAUNAY DRUMMOND COELHO REIS

Com o mesmo intuito que no principio de 1960 (antes da mudança da capital) procuramos o então ajudante-de-ordens do Presidente da República, Major Edson Perpétuo e em novembro de 1960 nos dirigimos à Ordem dos Irmãos Maristas na pessoa do Irmão Figueiredo, Reitor do Externato São José, apelamos, em julho de 1961, para o Coronel Henrique de Assunção Cardoso que na ocasião presidia a Comissão Técnica do Rádio. Buscávamos nesses contatos apoio para a idéia de aproveitar-se, também no Brasil e com urgência, a Televisão Educativa.

Todos nos cederam parte de seu precioso tempo, ouviram-nos com atenção, consultaram com interesse a documentação que lhes levamos e enriqueceram nossas argumentações e sugestões com idéias preciosas. Todos cooperaram, na medida de suas possibilidades, com senso de oportunidade e continuam ainda dispostos a trabalhar, nos limites de suas atribuições, para que se venha a concretizar entre nós a TV Educativa.

Muitas outras pessoas consultadas se manifestaram favoráveis numa proporção tal, que não temos receio de afirmar que há uma receptividade encorajadora.

No entanto, por termos constatado, na prática, que a tarefa é de vulto e fôlego resolvemos organizar esse trabalho cujo objetivo é mobilizar mais efetivo e meios para levá-la a término.

Nessas páginas nos propomos a:

- a) Escrever um resumo das principais idéias surgidas nas nossas palestras, leituras e debates.
- b) Formular as sugestões ocorridas para concretização daquelas idéias.
- c) Apresentar artigos, publicações, traduções e dados selecionados destinados a melhor orientar e elucidar a questão.

Isto posto, passaremos a dar cumprimento ao que nos propusemos:

A) RESUMO DAS PRINCIPAIS IDÉIAS

PORQUE TEMOS PROCURADO AQUELES QUE PODEM AJUDAR

Em 1957 tivemos nossa atenção despertada para o problema e iniciamos uma coleta de publicações e dados sobre esse assunto para estudo

e organização de um arquivo que, desde então, nos preocupa sempre enriquecer.

A partir do início de 1960 vimos procurando agir, na medida de nossa capacidade e possibilidades, para que seja implantado no Brasil um sistema eficaz de educação através da televisão, pois é principalmente no setor da Educação, difundindo-a ao máximo, que precisamos romper a barreira do subdesenvolvimento.

Considerando que o número de receptores, no país, vem crescendo rapidamente e que é hoje superior a 1.000.000 de aparelhos, estamos plenamente convencidos de que a TV educativa ser-nos-á particularmente útil. Achamos mesmo que quanto mais pobre e menos culto fôr o povo, mais lucrará com a televisão educativa.

Por êsses motivos e dentro da conduta que já nos havíamos impôsto é que vimos procurando todos aquêles que julgamos poder ajudar.

DA CONCESSÃO DE CANAIS

Neste setor vemos dois caminhos:

I) Manter os canais de TV na posse da coletividade sob o controle direto ou indireto dos homens que recebem delegação legítima de poder.

II) Ceder essas faixas, como se fôssem Capitanias Hereditárias, a um número limitado de privilegiados, novos Capitães-Mores da idade do éter.

Em outras palavras é uma opção entre a solução democrática e a da Aristocracia de Mercúrio.

Sem resguardar devidamente o interesse público, a cessão dos canais a indivíduos ou grupos para exploração comercial, de certo modo, cria um privilégio incompatível com o nosso regime político.

Por tudo isso achamos que as concessões para finalidades comerciais, além de outras limitações que não cabe aqui analisar, devem ficar subordinadas às necessidades do sistema nacional de televisão educativa.

OS QUE LUCRARÃO COM A TV EDUCATIVA

Além do País, dos Estados e dos Municípios, lucrarão com a TV educativa, entre muitos outros, os seguintes grupos:

— O dos patrícios que não dispuserem nem dispõem de escolas (primárias, secundárias, profissionais, comerciais, normais, colegiais, superiores e outras), parcela imensa que atinge uma população de dezenas de milhões.

— O daqueles que, por doença ou por outro fator, estejam impossibilitados de se afastar do lar.

— O dos que, sendo analfabetos ou possuindo outra deficiência no setor educacional ou cultural, se acanham de expor publicamente sua deficiência.

AS AULAS PODEM SER CADA VEZ MELHORES

As aulas através da TV serão ministradas por mestres selecionados. Além disso, com o passar dos anos essa seleção se irá tornando cada vez mais aprimorada, pois, podendo ser gravada em fita magnética "vídeo-tape" e organizada em arquivo, uma aula sobre determinado assunto poderá sempre ser substituída por versão melhor que possa surgir. Milhões terão acesso aos melhores mestres nacionais e estrangeiros.

O PORQUÉ DA ATUAÇÃO FEDERAL

A televisão educativa não constitui novidade.

Em 1952 o Rio de Janeiro estabeleceu a ponto de montar uma estação de TV educativa.

Em São Paulo já há em funcionamento curso organizado.

Recentemente foi lançado plano destinado a aproveitar a TV na alfabetização de vasta região do País.

Já em 1936 se faziam experiências de aulas pela televisão em New York.

A partir de 1950 o novo processo de ensino teve grande incremento nos Estados Unidos, onde já em março de 1961 havia em funcionamento 54 canais exclusivos da TV educativa (não contando os das Forças Armadas).

Também em outros países, entre os quais a Itália e a Inglaterra, vem o ensino através da televisão comprovando sua extraordinária eficácia.

Face a êsses êxitos, o fato de não constituir uma novidade, quer no exterior, quer no País, se encarado com maturidade, constituirá antes um incentivo.

O que no momento precisamos, é tomar consciência: da importância do problema, da urgência de sua solução, das medidas de base e dos escalões em que deve ser tratado. Nesse setor somos de opinião que os Órgãos Federais devem tomar iniciativas prevendo e agindo com perspectivas nacionais. Além disso é prerrogativa exclusiva do Governo Federal a concessão de canais de TV.

OBJETIVOS DÊSTE TRABALHO

- Antecipar a concretização do que julgamos ser fatal e utilíssimo;
- Evitar que em nosso país sejam repetidos os erros, desperdícios e desorientações que retardaram e oneraram a solução do problema até em países mais adiantados.

B) MEDIDAS SUGERIDAS

1) Medida Preliminar Básica (Federal)

Estudo para determinar que percentagens de canais (VHF) e (UHF) devem ser reservadas para a TV educativa (exclusivamente):

Base Mínima: o exemplo da América do Norte, pois o deficit de escolas e professores aqui é muito maior que o de lá, em todos os níveis. Lá, com redes primária e ginásial praticamente suficientes, a TV educativa constitui apenas uma suplementação. Com o novo processo de educar, eles passam manteiga no pão de quem já tem pão.

Nós, com a TV educativa, daremos educação a milhões que, sem ela, não terão oportunidade de se educar. Para nós não será suplementação, não será apenas manteiga, será o próprio pão.

2) Medida Imediata

Utilização imediata das estações atuais para cursos.

3) Medida a Curto Prazo (Em Princípio Federal)

Montar a curto prazo uma estação de TV educativa piloto no Rio de Janeiro ou em São Paulo (em virtude de estarem concentrados nas regiões dessas cidades o maior número de aparelhos receptores).

4) Medida Para Futuro Próximo (Em Princípio Federal)

Montagem, em futuro próximo, de estações de TV educativa piloto em: São Paulo ou Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Pôrto Alegre, Brasília, Fortaleza, Curitiba e Belém.

5) Medida de Caráter Permanente

Atuação no propósito de que o sistema brasileiro de TV educativa se expanda e se aperfeiçoe, em todos os sentidos, até o limite de suas possibilidades de ajuda ao cidadão e à Pátria.

6) Medidas Legais Paralelas (Federal)

Estudo de nossa legislação com vistas aos objetivos que se tem em mira a fim de que sejam tomadas, em tempo útil, as providências que permitam o pleno aproveitamento da Televisão como meio de ensino.

C) DOCUMENTOS E DADOS ELUCIDATIVOS (*)

(*) Os documentos originais poderão ser consultados à Rua Ladislau Neto, 16, Andarai - Rio de Janeiro (GB).

ANEXO N. 1

APRESENTAÇÃO

Tradução de alguns trechos selecionados do livro "Television in Education".

O livro acima, editado sob a responsabilidade do US Department of Health and Education, que corresponde ao nosso Ministério da Educação, proporciona uma excelente visão geral do problema.

TELEVISÃO NA EDUCAÇÃO (TRADUÇÃO)

Página V:

... Está proporcionando programas educacionais a muitas crianças em idade pré-escolar, aos portadores de alguma deficiência, às crianças mantidas em casa, aos velhos e doentes e às pessoas que não se instruíram, aos ambiciosos de progresso que trabalhando para viver só podem freqüentar escolas em horas diferentes das normais e muitas vezes com grande sacrifício, aos que deixaram o ginásio e por algum motivo não puderam obter seu diploma ginásial, aos que procuram aumentar seus conhecimentos e finalmente aos curiosos intelectuais que durante toda a vida nunca saciarão sua ambição de aprender face às vantagens e satisfações que o conhecimento proporciona...

Página VII:

... Em 16 de outubro de 1950 (*) foi feita uma reunião no Ministério da Educação dos Estados Unidos (US Office of Education) para organizar as forças ligadas ao setor da educação no País num grupo coeso com objetivo de proteger canais de televisão a serem utilizados exclusivamente em proveito da educação. Nessa altura o Ministro da Educação (US Commissioner of Education) já havia solicitado da Comissão Federal de Comunicações (CTR) a reserva desses canais numa provisão de envergadura nacional...

Página 3:

... Assim, a educação através da TV ficou em condições de de-
marrar quando a 14 de abril de 1952 (*) a Comissão Federal de Comunicações (CTR) depois de longas indagações reservou 242 (posteriormente 256) canais para uso exclusivo da TV Educativa não comercial...

Página 11:

... O episódio mais interessante dessa história ocorreu quando dos exames levados a efeito na universidade (em casa para os que não

(*) Grifo do tradutor.

podiam se afastar). Os estudantes de televisão obtiveram graus mais elevados que o estudante médio de "college"...

1^a Contracapa:

Pontos importantes:

— A assistência aos programas de TV, que nos Estados Unidos absorve quase tantas horas quanto o dormir, tem uma grande potencialidade para o bem.

— Talvez seu maior valor para o cidadão seja a aptidão para informar, esclarecer, e instruir constituindo uma cadeia de transmissão no que se refere à aquisição de conhecimento e treinamento de técnicas.

— As estações de televisão proporcionam muitos programas de valor para o telespectador em geral. Cabe agora às organizações educacionais colocar os arreios nesse gigante para que ele venha a atender necessidades específicas e individuais.

— O desenvolvimento das estações de TV Educativa, que no momento alcançam os confins continentais de nosso País, de fronteira a fronteira e de costa a costa e que têm continuamente crescido em número e importância está contribuindo de uma maneira segura para tornar realidade e que há tempos constituía apenas um sonho.

— O ensino direto pela televisão em nossas universidades, "colleges", e sistemas escolares está aumentado as possibilidades de expandir o bom ensino e ao mesmo tempo criando oportunidades valiosas para aqueles que presos ao lar foram prendados com a ambição sadia de tornar o aprendizado uma atividade permanente para o coração, para a mente e para o espírito.

ANEXO N. 2

APRESENTAÇÃO

Ao Congresso dos Estados Unidos foi apresentado um projeto de lei conhecido como S 205 que uma vez aprovado proporcionará a cada Estado da União Americana uma verba anual de um milhão de dólares a ser aplicada com a finalidade específica de acelerar os respectivos programas de Televisão Educativa.

Do inquérito levado a efeito para esclarecer os debates ligados à discussão da referida lei, publicado em documento oficial do Congresso Americano (de 1 a 2 de março de 1961), extraímos o depoimento do Sr. Burns.

Este depoimento abrange todo o problema e é sintético.

Página 77 do original:

Depoimento de John L. Burns. Presidente, Rádio Corp., da America (RCA)

Senhor Presidente, membros da Comissão, meu nome é John L. Burns. Sou Presidente da "Rádio Corp. of America".

Arecio muito a oportunidade de me dirigir a esta comissão que por tantos anos tem contribuído, tão construtivamente, para o progresso das comunicações. O presente inquérito interessa-me particularmente por duas razões: primeiro porque a legislação que estudais, no momento, está intimamente ligada ao maior desafio de nossos tempos; segundo porque uma boa parte de minha vida tem sido devotada aos assuntos a vosso cargo nessa legislação: comunicações e educação.

A Companhia que agora represento é uma das muitas produtoras de equipamentos de televisão no País e está empenhada em muitos setores das comunicações eletrônicas. Antes de entrar para a RCA, eu trabalhava como consultor de administração, função na qual a comunicação entre pessoas é, como na educação, um dos problemas principais.

Antes de atuar no campo da administração industrial, fui um professor — primeiro em Harvard, por último em Lehigh — e minha absorção no processo educacional aprofundou-se com os anos.

Acredito que a deficiência que existe hoje no setor da educação seja talvez, a maior das deficiências com que se defronta atualmente o nosso País. neste caso, o melhor caminho, e certamente o único rápido, para solucionar esse problema será através da televisão.

Das dispersas, embora freqüentemente proveitosas experiências com a TV educativa durante estes 8 anos, uma conclusão se impõe com clareza: a Televisão tem a capacidade de promover um maciço progresso na qualidade da educação americana, com o desenvolvimento máximo das capacidades individuais, em todos os níveis, por um preço que nós como nação podemos pagar — preço esse que, na verdade, não podemos deixar de pagar.

Televisão e a Qualidade da Educação

Históricamente, o objetivo principal de nosso sistema educacional tem sido o que o filósofo Ralph Barton Perry chamou uma definida e constante insistência na qualidade, e a televisão educativa pode contribuir para concretizá-lo por quatro importantes e distintos caminhos.

Primeiro, pode suprir a falta de professores e ampliar a influência dos mestres excepcionalmente bem dotados para muito além das respectivas salas de aula.

O "Ford Foundation Fund" para o Progresso da Educação calculou que precisaríamos de metade dos recém-formados pelo "college", durante 10 anos, para suprir as necessidade em novos professores. Apenas uma fração desta metade se tem dedicado às atividades de ensino, em consequência, devemos recorrer à nossa capacidade inventiva para suprir essa deficiência numérica.

Através da televisão educativa professores notáveis podem inflamar a imaginação e cultivar o desejo de se distinguir em milhares de es-

tudantes, simultaneamente, e seus pensamentos podem ser preservados permanentemente por meio de "vídeo-tape". As melhores cabeças de nossa época podem compartilhar seu conhecimentos com alunos de todo o país, e possivelmente de todo o mundo.

Imaginem um corpo docente escolar constituído dos melhores professores que pudessem ser encontrados nos Estados Unidos. Além disso, seria possível promover conferências ocasionais com homens do gabinete de: Sir Winston Churchill, sobre governo; James Conant, sobre química; Robert Frost e William Faulkner, sobre literatura; Carl Sandburg e Arnold Toynbee, sobre história; Edward Teller, sobre física; e Wernher Von Braun, sobre a exploração do espaço. Que experiência absorvente seria, para nossos filhos, mergulhar neste vasto reservatório de conhecimento, sabedoria e eloquência.

A *segunda* maneira, pela qual a televisão pode contribuir, é dar ao professor melhores instrumentos. Pela reunião hábil do ensino com a radiodifusão e as artes gráficas, é possível elevar o nível de apresentação de cada matéria, da álgebra à zoologia. A Televisão pode proporcionar aos estudantes uma visão privilegiada de realizações importantes. Pode levar as melhores instalações de laboratório a escolas distantes que de outro modo nunca as conheceriam.

A *terceira* contribuição da televisão educativa é aliviar os encargos atuais dos professores, proporcionando-lhes mais tempo para a importantíssima função de assistência pessoal. Dentro dos padrões convencionais de ensino, a energia do professor é freqüentemente dispersa numa grande variedade de tarefas. Com a televisão, cada professor poderá se concentrar na tarefa para a qual esteja mais habilitado.

Um professor pode estar mais capacitado a fazer conferências para um grande grupo de estudantes. Na televisão, ele poderá se dedicar exclusivamente a essa tarefa, ministrando a lição a dezenas de milhares de estudantes em vez de a uma classe de 50, contando, para isso, com várias horas por dia para a preparação. Outro professor pode estar igualmente adaptado à indispensável tarefa de orientar seções escolares complementares dirigidas a um pequeno grupo de alunos. Com a televisão, ele terá possibilidade de dedicar seu tempo integral à instrução e orientação individuais.

De minha experiência em educação, sempre senti que a orientação individual é o aspecto mais importante do ensino. Contudo, a média dos professores elementares, hoje em dia, só pode dispensar 1,4 por cento do seu tempo escolar no proporcionar assistência pessoal. Com a televisão, isto poderá ser multiplicado muitas vezes.

A *quarta* contribuição da TV para melhoria da qualidade da educação consiste em permitir ao aluno progredir no seu próprio ritmo individual.

Com freqüência, hoje em dia, estudantes são lançados nas escolas da mesma maneira que a água é lançada no recipiente para formar gelo.

Ali são jungidos por um currículo inflexível e por um rígido horário escolar ajustado ao chamado aluno-médio. No processo atual, contudo, o mesmo aluno que está tirando o 3º ano de aritmética poderá estar em condições de cursar o 4º ano de leitura mas apenas o 2º de ortografia.

Com a televisão, laboratórios de línguas, e outros meios auxiliares eletrônicos, cada estudante poderá progredir num ritmo mais adequado ao seu próprio desenvolvimento. Ao aluno firme numa determinada matéria podem ser apresentadas palestras em televisão que o desafiem ao máximo de sua capacidade. O aluno médio poderá ser encorajado a desenvolver determinadas aptidões que possua. O aluno lento poderá ser assistido da espécie de atenção que evitará que ele se atrasse.

Isto é muito importante em nossa sociedade complexa onde devemos procurar a plenitude de nossas possibilidades em pessoal. Woodrow Wilson, sábiamente observou que a grande força de uma democracia está no fato de que ela "dá expansão às energias de cada ser humano".

Televisão e o Custo da Educação

As técnicas eletrônicas de ensino podem não apenas prover instrução de qualidade superior, como fazê-lo a um custo menor, por aluno, do que os métodos atuais o fazem.

Essa consideração cresce em importância quando se pondera que hoje, as verbas aplicadas na educação são superadas, sómente, pelas aplicadas na defesa nacional. A elevação da curva de despesas com escolas públicas de US\$ 192 por aluno em 1950 a US\$ 330 hoje — tem já criado problemas formidáveis para muitas comunidades. E, com os métodos educacionais atuais, as despesas provavelmente continuarão crescendo na proporção direta das matrículas escolares. Com o ensino eletrônico, as regras econômicas básicas podem ser drásticamente alteradas. Quanto maior o número de alunos assistindo um programa, menor o custo por aluno.

No Estado da Pensilvânia, uma pesquisa feita em quatro cursos mostrou que a despesa por estudante — semestre — hora foi de US\$ 5,44 apenas para instrução televisionada, comparada com a de US\$ 9,48 pelos métodos convencionais. Um estudo feito pelo Grupo de Educação Regional Sulista — abrangendo cerca de 300 "colégios" (colleges) e universidades, em 16 Estados — demonstrou que o custo da instrução pela televisão seria de cerca de US\$ 2,80 por estudante — semestre hora, comparado com o atual custo de US\$ 22 a US\$ 18 da instrução convencional.

A televisão possibilita também outras economias. Em Hagerstown, Md., 4 professores ministram aulas de música e arte que teriam requerido 34 professores não fôra a televisão. Em Dade County, Fla., o uso de refeitórios e auditórios para grandes turmas de TV permitiu que 30 por cento mais de alunos usassem cada prédio escolar, economizando, apenas em despesas de construção, US\$ 3 milhões.

Estou, naturalmente, a par do investimento inicial necessário para encetar-se a televisão educativa. Mas, sinto que, em termos de economia a longo prazo — particularmente quando a televisão é empregada na instrução em grandes áreas geográficas — ela mais do que justifica as despesas.

Televisão e o Futuro da Educação

Durante o audacioso período experimental da televisão educativa foram estabelecidas, com boa dispersão, cabeças de ponte de valor. Agora cumpre consolidar estas cabeças de ponte num todo contínuo.

É uma tarefa a exigir não adaptações tímidas mas lances arrojados. A legislação que estais considerando poderá ser um passo de grande significação no sentido da ampla aplicação de técnicas eletrônicas a serviço da educação. Posteriormente, poderá indicar o caminho para um sistema de instrução que venha auxiliar a solucionar as prementes necessidades de hoje.

Na minha opinião as três grandes necessidades são:

1 — Estreitar uma união mais íntima do ensino com a radiodifusão e as artes gráficas, tendo em vista desenvolver técnicas que tirarão o máximo proveito da incomparável aptidão da televisão para informar, incentivar e esclarecer.

2 — Criar grandes bibliotecas (arquivos) de "vídeo-tape" e filmes educativos selecionados de proeminentes professores, abrangendo o crescente *spectrum* do conhecimento humano.

3 — Criar a distribuição de material eletrônico didático dentro dos sistemas escolares numa mesma cidade, e o intercâmbio desse material entre sistemas escolares em diferentes localidades. Os meios técnicos para realizar isso já estão à mão através de circuitos fechados, circuitos abertos, gravadores de televisão baratos e ainda várias combinações desses elementos.

Em relação a este último ponto, acredito que o projeto de lei que estais estudando constituirá forte encorajamento aos educadores, nas diferentes comunidades, no sentido de concentrarem seus recursos a fim de montar e operar a televisão educativa. Proporcionando o indispensável "dinheiro semente", deverá acelerar o crescimento de muitos sistemas estaduais e regionais já em funcionamento, ou na fase de projeto. Estes poderiam conduzir, por fim, à criação de um verdadeiro sistema nacional, com cada organização educacional selecionando o material adequado às suas próprias necessidades. Tal sistema poderia servir a escolas primárias e secundárias. Em complemento ao uso do circuito fechado, os programas poderiam ser difundidos em salas de aula bem como para o público em geral.

Uma das vantagens desse sistema nacional seria que a produtividade grandemente ampliada do professor se refletiria num considerável au-

mento dos proventos do mesmo. Com muitos sistemas escolares participando do programa e dos custos, o nível geral do subsídio dos professores poderia ser aumentado. Ao mesmo tempo, o professor de grande capacidade poderia, muito possivelmente, ter um salário comparável ao de outros líderes no campo dos negócios e das profissões liberais.

Outra vantagem de um sistema nacional seria possibilitar àqueles que, por uma razão ou outra, não pudessem freqüentar um "colégio", seguir um programa completo de cursos em casa. Assim, a televisão poria ao alcance de cada cidadão americano o diploma "colegial".

A eletrônica acena com o primeiro progresso realmente fundamental nos métodos educativos desde a invenção da imprensa há 500 anos atrás. Ela pode elevar o nível do ensino; pode baixar a contribuição dos que pagam impostos; pode ajudar o estudante a atingir o pleno desenvolvimento de sua capacidade individual. Focalizando êstes fatos, acredito não ser apenas desejável, mas uma necessidade nacional.

Endosso a Lei n. S 205 como o primeiro passo essencial para o estímulo ao crescimento nacional dos métodos de ensino eletrônico, e respeitosamente peço a esta comissão e a todo o Congresso pronunciarem-se, nesta sessão, favoravelmente a êste projeto. Muito obrigado.

Após apresentar seu depoimento por escrito que acabamos de transcrever, na íntegra, o Sr. Burns fez uma recapitulação verbal do mesmo, finda a qual travou-se entre êle e o Senador Pastore um diálogo interessante do qual extraímos o seguinte trecho:

... Senador Pastore ...

Pensa que devíamos nos permitir a alternativa, de quebrar as normas e autorizar a estação a apresentar anúncios pagos a fim de manter sua estabilidade financeira ou pensa que devíamos tudo fazer, nos limites de nossas possibilidades, para poupar tal situação à televisão educativa, evitando misturar educação e comércio?

Faço-me entendido nesta questão?

Sr. Burns — Sim Senhor. Na minha opinião a educação não deveria ser misturada com qualquer outro assunto. Penso que é muito importante para se ligar a outros assuntos. Penso que não devíamos desviar nossa atenção do importante e realizar toda a tarefa da maneira pela qual esta comissão começou a realizá-la.

Penso que o estímulo que estais criando por meio dêste projeto de lei constituirá um avanço concreto no sentido de solucionar nosso problema.

Senador Pastore — Estarei a compreendê-lo bem? Em outras palavras, se autorizarmos a televisão educativa anunciar ou permitir anúncios, o Senhor acha que isso, em última análise, conduziria a um enfraquecimento do objetivo original da televisão educativa?

Sr. Burns — Sim. Eu acho.

Senador Pastore — O Senhor se oporia à permissão de anúncios?

Sr. Burns — Eu me oporia.

Senador Pastore — Muito obrigado, Sr. Burns, a menos que o Senhor deseje acrescentar mais alguma coisa. O Senhor nos foi muito útil e agradecemos sua vinda.

Sr. Burns — Muito obrigado.

Senador Pastore — Nossa próxima testemunha será a Senhora Robert Hornung. Ela está aí?

Senhora Hornung — Sim, Senhor...

ANEXO N. 3

APRESENTAÇÃO

Em 1958 nos Estados Unidos com 8 anos de experiência numerosas estações atuando exclusivamente no setor da educação televisionada e mais de 250 canais reservados para o mesmo fim, foram pela "U.S. Information Agency" para o "U.S. Information Service" pesquisados e selecionados os motivos capazes de justificar o emprêgo da TV como meio de ensino.

Transcreve-se, abaixo, na íntegra e por tradução de pág. 1 do documento original, os motivos referidos.

"1. O número de estudantes que deseja ensino, é superior àquele que os atuais prédios escolares podem comportar.

2. O número de professores ou professoras qualificados e experientes é insuficiente.

3. A verba para mais escolas ou mais mestres é insuficiente.

4. O problema de ensino é tão urgente que a televisão precisa ser empregada a fim de que poucos professores capazes, disponíveis, possam atender o grande número de estudantes.

5. Há vontade de aproveitar melhor os mestres disponíveis, fazendo com que o melhor deles dê aula pela televisão auxiliado por outros professores atuando como conselheiros, assistentes ou monitores. Nesse caso cada professor trabalhará aproveitando suas melhores aptidões.

6. A carga de trabalho dos mestres é tão pesada que eles não dispõem de tempo suficiente para preparar devidamente todas as aulas. Se um professor puder dispor de um ou dois dias integrais para preparar uma aula para a televisão, que atenderá um número muito maior de

estudantes e êstes por sua vez tiveram oportunidade de tirar dúvidas com os respectivos professores será melhor do que vários professores não preparados ministrarem a referida aula a suas próprias turmas.

7. Há necessidade de proporcionar cursos de aperfeiçoamento, sobre evolução ou novidade no currículo, a professores presentemente empregados nas atividades do magistério e a urgência da referida necessidade aponta um curso de aperfeiçoamento pela televisão como a melhor, se não a única, maneira de manter os professores atualizados".

Pela análise dos motivos 1, 2 e 3 podemos concluir que a educação através da televisão não é um luxo e sim o caminho mais econômico. Em última análise a pobreza de verbas constitui antes um fator de encorajamento.

ANEXO N. 4

Trecho de um artigo publicado à pág. 19 do número de fevereiro de 1961 do "Army Digest".

... "O estudo global do problema revelou que a instrução através da TV em nenhum caso se mostrou inferior à ministrada pelos processos convencionais, por outro lado, mostrou-se positivamente superior em alguns tipos de ensino tais como: manipulação de equipamento, correlação lógica entre partes, aprendizado de cor. Ficou evidenciado que os grupos de menor aptidão aprendiam melhor na televisão do que por meio dos processos convencionais" ...

ANEXO N. 5

Um caminho para levar a término a sugestão n. 3, Medida a Curto Prazo (montar a curto prazo uma estação de TV Educativa Piloto).

Num artigo de Flora Hamilton intitulado "Aulas transmitidas pela Televisão a 7 km de altura" publicado no "Diário de Notícias" de 3 de dezembro de 1961 colhemos os dados com os quais passaremos a demonstrar a importância que poderá ter iniciativa semelhante no Brasil.

Sabendo:

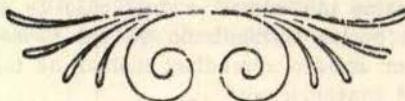
- que o alcance da estação de TV Educativa ali descrita (em funcionamento efetivo na cidade de Lafayette na Indiana, EUA) é de 320 km;
- que a cidade de Três Corações fica equidistante do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte e a 250 km de cada uma delas;
- que um círculo com centro em Três Corações e raio de 320 km, abrange, além das três capitais já citadas, o Nordeste de São Paulo, o

Sul de Minas Gerais, todo o Estado da Guanabara e quase todo o Estado do Rio de Janeiro;

— que esta é a região mais densamente povoada do País, contando não menos de 20 milhões de habitantes, aproximadamente 1/3 da população da República;

— e que nesta mesma região estão concentrados perto de 1.000.000 de aparelhos receptores de TV.

Achamos seria de grande interesse Nacional que, com base em Três Corações ou cidade próxima se fizesse entrar em funcionamento uma estação de TV educativa montada nos moldes daquela descrita no referido artigo.



Mostre ao seu amigo industrial, comerciante, etc., que é vantagem anunciar na A DEFESA NACIONAL. Esta Revista circula em todo o Brasil e em outros países; é lida não só por militares mas também por civis e oficiais da Reserva integrados em diferentes atividades econômicas; é distribuída a várias bibliotecas e diversas organizações de natureza industrial ou comercial; a matéria que publica faz com que, geralmente, seja conservada por seus leitores, após lida, o que prolonga a vida dos anúncios.

CONSTRUÇÃO DE CASAS PARA O MILITAR DO EXÉRCITO

Cap JOSÉ ALDO PEIXOTO CORRÉA

Engenheiro Civil

INTRODUÇÃO

Não temos outra intenção senão a de focalizarmos o angustiante problema da moradia do militar, sugerindo um possível equacionamento para o mesmo, fruto de alguns dados colhidos em um relatório da Comissão Especial de Obras n. 10, feito a respeito de recente simpósio de engenheiros militares, onde o assunto foi ventilado.

A construção de casas para os militares do Exército tomou, nos últimos anos, algum impulso, todavia, longe estamos ainda da sua verdadeira solução. A Lei n. 2.670, de 6 de dezembro de 1955, consignou anualmente a verba de 150 milhões de cruzeiros para a construção de casas destinadas a oficiais e sargentos, com vigência até 1965. Demonstraremos quão irrigária é essa verba, face às verdadeiras necessidades atuais.

CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE MORADIA

O militar, principalmente o oficial, mais do que qualquer outro funcionário do governo, é obrigado a movimentações ou mudanças de domicílio durante toda a sua carreira profissional, sofrendo, assim, os constantes impactos do aumento do custo de vida e da especulação desmedida dos nossos dias, com graves reflexos nas suas condições econômico-financeiras.

O aluguel de casa é, sem dúvida, uma grande parcela das despesas domésticas, no entanto, para o oficial ela assume maiores proporções visto que, com as mudanças freqüentes a que já nos referimos, não raro para localidades distantes da que se encontrava, pressionado pela urgência em alugar uma residência na guarnição de destino, é vítima da exploração dos locadores que, ao preço atualizado, lhe impõem o acréscimo da ganância e desonestade. Esse fato é corriqueiro, todo militar sabe que a sua transferência vai ter como resultado, entre outros, novo ônus no aluguel que pagava até então.

Citemos algumas consequências imediatas e outras remotas do problema em causa:

— atritos entre companheiros, tendo em vista a locação dos poucos imóveis pertencentes ao Ministério da Guerra, face à grande disparidade de preço de aluguel aos mesmos consignados e os vigentes, em uma mesma localidade, para a alugada particularmente

— dificuldades na movimentação para as guarnições desprovidas de conforto e moradia para a família do militar, principalmente quando na guarnição de origem ocupa próprio nacional;

— situação de inferioridade dos militares do Exército em relação aos seus companheiros das outras Forças Armadas, Marinha e Aeronáutica que, em sua maioria, dispõem de melhores condições de vida em suas guarnições, inclusive locação de ótimas residências;

— situação anômala entre oficiais e sargentos, tendo em vista que a diferença de vencimentos e gratificações entre ambos, com exceção dos altos postos, é relativamente pequena. Há subtenentes e sargentos que percebem maiores vencimentos e vantagens que os de um capitão. A estabilidade dessas praças, que ocasionalmente são movimentadas, permite-lhes a formação de bens que ao oficial nem sempre é possível atingir;

— o retraimento do oficial da vida social das cidades, onde outrora desfrutava algum prestígio.

Ressaltemos, ainda, que a realização de mudanças para longínquas regiões, geralmente através de transporte precário, sendo o oficial obrigado a cobrir a diferença se desejar melhor transporte, tem acarretado prejuízos aos militares, para os quais a ajuda de custo é insuficiente. O próprio Exército sofre constante ônus com esse transporte, que poderia ser reduzido se existissem, nas guarnições, residências funcionais e mobiliadas, pois, assim, menor seria o volume de utilidades domésticas a serem transportadas.

SUGESTÃO

— A solução do problema é, realmente, difícil de ser obtida em curto prazo, como seria o ideal. Poderia, no entanto, ser aliviada com a prorrogação da Lei n. 2.670 e com a criação do FCCE (Fundo de Construção de Casas para o Exército), cuja receita resultaria de um acréscimo nas atuais mensalidades pagas pelos que, *privilegiadamente*, ocupam residências pertencentes ao Ministério da Guerra.

— Façamos uma ligeira apreciação sobre a atual taxa de aluguel imposta pelo Ministério aos seus locatários. Exemplifiquemos com a guarnição de Belo Horizonte, onde existem sómente 25 casas para sargentos (há duas para oficiais). O sargento contribui, em média, com Cr\$ 800,00 mensais, totalizando, portanto, Cr\$ 9.600,00 anuais. Essa

quantia, além de irrisória, não nos parece suficiente para a própria conservação do imóvel em uso. Concluímos, pois, que, mais cedo ou mais tarde, o Exército ver-se-á na contingência de realizar, através de suplementação de verba, as reparações dessas casas ou elas irão perdendo as suas condições de habitabilidade.

— Vejamos, a seguir, as necessidades em moradias para os militares do Exército. O quadro abaixo, não muito longe da realidade, esclarece o assunto:

PÓSTO OU GRADUAÇÃO	EFETIVO APROXIMADO	NECESSIDADE EM MORADIA	
		PERCENTAGENS	QUANTIDADE
General	120	100%	120
Coronel	540	90%	486
Ten-Cel	1.050	90%	945
Major	2.200	90%	1.980
Capitão	3.900	80%	3.120
1º Ten	3.030	50%	1.515
2º Ten	2.260	10%	226
Subtenente	1.320	90%	1.188
1º Sargento ...	3.240	90%	2.916
2º Sargento ...	9.330	50%	4.665
3º Sargento ...	17.210	20%	3.442
Total			20.600

— As percentagens acima foram tomadas considerando que os Segundos-Tenentes e 3ºs Sargentos, geralmente, são solteiros e a partir do pôsto ou graduação imediatos formam e ampliam a família.

— Possuindo o Exército cerca de 6.300 residências (casas e apartamentos) a necessidade seria:

$$20.600 - 6.300 = 14.300 \text{ residências a serem construídas.}$$

— A nossa sugestão seria a de atender inicialmente aos $3/4$ das necessidades dos oficiais e $1/4$ das referentes às praças. A seguir, em uma segunda etapa, que se distanciaria de cerca de cinco anos da primeira, o processo se inverteria, isto é, teríamos, então, que atender a $1/4$ das necessidades dos oficiais e $3/4$ das praças. Esse critério, a nosso ver, é o mais justo pois que, como já dissemos, os subtenentes e sargentos, sendo raramente movimentados, ou possuem casa própria ou pagam aluguéis sempre baixos e antigos nos locais onde servem.

— Consideremos outro quadro, onde estão estipuladas as taxas a serem arrecadadas para o FCCEEx:

Pôsto ou Graduação	Vencimentos	Taxa para o FCCEEx (25%)	Pêso	Produto da taxa pelo pêso
General	51.500,00	12.875,00	1.2	15.450,00
Coronel	36.000,00	9.000,00	4,8	43.200,00
Ten-Cel	33.000,00	8.250,00	9,4	77.550,00
Major	30.000,00	7.500,00	19,4	148.500,00
Capitão	25.500,00	6.375,00	31,2	198.900,00
1º Tenente .	23.000,00	5.750,00	15,2	87.400,00
2º Tenente .	21.000,00	5.250,00	2,3	12.075,00
Subtenente .	16.000,00	4.000,00	11,9	47.600,00
1º Sargento .	15.500,00	3.875,00	29,2	113.150,00
2º Sargento .	13.500,00	3.375,00	37,2	125.945,00
3º Sargento .	12.000,00	3.000,00	17,21	51.630,00
		TOTAIS	179.50	921.400,00

— A taxa média a ser arrecadada seria:

$$\frac{921.400,00}{179,50} = \text{Cr\$ } 5.200,00$$

Essa taxa média parece ser inferior à que na realidade seria a obtida. Resultou, como mostra o quadro acima, da média ponderada, na qual os pesos foram as necessidades em moradia para cada pôsto ou graduação. Adotamos esse procedimento por desconhecermos a distribuição atual das 6.300 residências (casas e apartamentos) do Exército entre os oficiais e sargentos que as ocupam.

PREÇO MÉDIO DA RESIDÊNCIA

— A CEO-10 construiu em 1959, sob regime de empreitada, uma casa para oficial do Colégio Militar de Belo Horizonte, com "área construída" de 121,00 m², constando de grande sala, três quartos, banheiro completo, ampla cozinha, varanda, quarto e banheiro para criada, área coberta para lavanderia, etc., à razão de Cr\\$ 4.134,30 o metro quadrado. Custou, portanto, essa residência, com acabamento de "primeira", a quantia de Cr\\$ 522.461,90. Ora, considerando que o empreiteiro ainda teve lucro com a construção acima, podemos adotar, com confiança, o preço médio de Cr\\$ 600.000,00 para residências com dependências idê-

ticas, com a área de 108 m², cujo projeto de n. A1 a DOFE elaborou. Devemos ter em vista, nessa adoção, os seguintes fatores:

- a) a construção de casas em série, em cumprimento a um amplo programa para todo o Exército, iria reduzir o custo das mesmas;
- b) seria adotado o regime de administração direta, sem lucros para intermediários;
- c) o tempo máximo de construção seria de 4 meses para cada unidade;
- d) o Ministério da Guerra dispõe, em quase todas, senão todas as guarnições de lotes vagos para as construções;
- e) cada guarnição teria um serviço de obras com, no mínimo, um oficial engenheiro construtor.

PLANEJAMENTO

— Apreciamos, finalmente, o quadro abaixo, que resume o nosso planejamento, o qual foram considerados:

- a) a existência de 6.300 casas com a contribuição unitária (média) mensal de Cr\$ 5.200,00;
- b) a verba de doze milhões e quinhentos mil cruzeiros mensais, resultante da Lei 2.670 e a hipótese de sua prorrogação até o fim do presente plano;
- c) a distribuição aos serviços de obras das guarnições das verbas necessárias no devido prazo;
- d) o preço médio de 600 mil cruzeiros por imóvel e a sua construção em quatro meses.

ANOS	MESES	VERBA DISPONÍVEL		Em constru- ção (Quatro meses)	CASAS CONSTRUÍDAS		
		Arrecadada mais distribuída p/ Lei 2.670 (milhões)	Saldo acumu- lado (milhões)		Exis- tentes	Acrés- cimo	Total por mês
I	1	12,50 + 6,3 × 5,2	260	75	6.300	—	6.300
	2	12,50 + 6,3 × 5,2	520	75	6.300	—	6.300
	3	12,50 + 6,3 × 5,2	180	76	6.300	—	6.300
	4	12,50 + 6,3 × 5,2	440	75	6.300	75	6.375
	5	12,50 + 6,375 × 5,2	490	76	6.375	75	6.450
	6	12,50 + 6,450 × 5,2	330	77	6.450	76	6.526
	7	12,50 + 6,525 × 5,2	465	77	6.526	75	6.601
	8	12,50 + 6,601 × 5,2	490	78	6.601	76	6.677
	9	12,50 + 6,677 × 5,2	310	79	6.677	77	6.754
	10	12,50 + 6,754 × 5,2	30	80	6.754	77	6.831
	11	12,50 + 6,831 × 5,2	51	80	6.831	78	6.909
	12	12,50 + 6,909 × 5,2	477	80	6.909	79	6.988

ANOS	MESES	VERBA DISPONÍVEL		Em constru- ção (Quatro meses)	CASAS CONSTRUIDAS		
		Arrecadada mais distribuída p/ Lei 2.670 (milhões)	Saído acumu- lado (milhões)		Exis- tentes	Acrés- cimo	Total por mês
II	1	12,50 + 6,968 × 5,2	114	82	6.988	80	7.063
	2	12,50 + 7,068 × 5,2	167	82	7.068	80	7.148
	3	12,50 + 7,148 × 5,2	36	82	7.148	80	7.228
	4	12,50 + 7,228 × 5,2	321	83	7.228	82	7.310
	5	12,50 + 7,310 × 5,2	433	84	7.310	82	7.392
	6	12,50 + 7,392 × 5,2	371	85	7.392	83	7.475
	7	12,50 + 7,475 × 5,2	141	86	7.475	83	7.558
	8	12,50 + 7,558 × 5,2	342	86	7.558	84	7.642
	9	12,50 + 7,642 × 5,2	380	87	7.642	85	7.727
	10	12,50 + 7,727 × 5,2	460	88	7.727	86	7.813
	11	12,50 + 7,813 × 5,2	187	89	7.813	86	7.899
	12	12,50 + 7,899 × 5,2	361	89	7.899	87	7.986
III	1	12,50 + 7,986 × 5,2	388	90	7.986	88	8.074
	2	12,50 + 8,074 × 5,2	272	91	8.074	89	8.163
	3	12,50 + 8,163 × 5,2	19	92	8.163	89	8.252
	4	12,50 + 8,252 × 5,2	229	92	8.252	90	8.342
	5	12,50 + 8,342 × 5,2	309	93	8.342	91	8.433
	6	12,50 + 8,433 × 5,2	260	94	8.433	92	8.525
	7	12,50 + 8,525 × 5,2	90	95	8.525	92	8.617
	8	12,50 + 8,617 × 5,2	398	95	8.617	93	8.710
	9	12,50 + 8,710 × 5,2	590	96	8.710	94	8.804
	10	12,50 + 8,804 × 5,2	70	98	8.804	95	8.899
	11	12,50 + 8,899 × 5,2	44	98	8.899	95	8.994
	12	12,50 + 8,994 × 5,2	512	98	8.994	96	9.090
IV	1	12,50 + 9,090 × 5,2	280	100	9.090	98	9.188
	2	12,50 + 9,188 × 5,2	557	100	9.188	98	9.286
	3	12,50 + 9,286 × 5,2	144	102	9.286	98	9.284
	4	12,50 + 9,384 × 5,2	240	102	9.384	100	9.484
	5	12,50 + 9,484 × 5,2	256	102	9.484	100	9.584
	6	12,50 + 9,584 × 5,2	192	104	9.584	102	9.686
	7	12,50 + 9,686 × 5,2	59	105	9.686	102	9.788
	8	12,50 + 9,788 × 5,2	456	105	9.788	102	9.890
	9	12,50 + 9,890 × 5,2	184	107	9.890	104	9.994
	10	12,50 + 9,994 × 5,2	452	107	9.994	105	10.099
	11	12,50 + 10,099 × 5,2	66	109	10.099	105	10.208
	12	12,50 + 10,208 × 5,2	247	109	10.208	107	10.315

ANOS	MESES	VERBA DISPONIVEL		Em constru- ção (Quatro meses)	CASAS CONSTRUÍDAS		
		Arrecadada mais distribuída p/ Let 2.670 (milhões)	Saldo acumu- lado (milhões)		Exis- tentes	Acré- scimo	Total por mês
V	1	12,50 + 10,315 × 5,2	385	110	10.315	107	10.422
	2	12,50 + 10,422 × 5,2	479	111	10.422	109	10.531
	3	12,50 + 10,513 × 5,2	540	112	10.531	109	10.640
	4	12,50 + 10,640 × 5,2	568	113	10.640	110	10.750
	5	12,50 + 10,750 × 5,2	568	114	10.750	111	10.861
	6	12,50 + 10,861 × 5,2	545	115	10.861	112	10.973
	7	12,50 + 10,973 × 5,2	504	116	10.973	113	11.086
	8	12,50 + 11,086 × 5,2	451	117	11.086	114	11.200
	9	12,50 + 11,200 × 5,2	391	118	11.200	115	11.315
	10	12,50 + 11,315 × 5,2	329	119	11.315	116	11.431
	11	12,50 + 11,431 × 5,2	270	120	11.431	117	11.548
	12	12,50 + 11,548 × 5,2	214	121	11.548	118	11.666
VI	1	12,50 + 11,666 × 5,2	117	122	11.666	119	11.785
	2	12,50 + 11,785 × 5,2	159	123	11.785	120	11.905
	3	12,50 + 11,905 × 5,2	165	124	11.905	121	12.026
	4	12,50 + 12,026 × 5,2	200	125	12.026	122	12.148
	5	12,50 + 12,148 × 5,2	269	126	12.148	123	12.271
	6	12,50 + 12,271 × 5,2	378	127	12.271	124	12.395
	7	12,50 + 12,395 × 5,2	532	128	12.395	125	12.520
	8	12,50 + 12,520 × 5,2	136	130	12.520	126	12.645
	9	12,50 + 12,645 × 5,2	395	130	12.645	127	12.773
	10	12,50 + 12,773 × 5,2	144	132	12.773	128	12.901
	11	12,50 + 12,901 × 5,2	499	132	12.901	130	13.031
	12	12,50 + 13,031 × 5,2	360	134	13.031	130	13.161
VII	1	12,50 + 13,161 × 5,2	297	135	13.161	132	13.293
	2	12,50 + 13,293 × 5,2	320	136	13.293	132	13.425
	3	12,50 + 13,425 × 5,2	430	137	13.425	134	13.559
	4	12,50 + 13,559 × 5,2	36	139	13.559	135	13.694
	5	12,50 + 13,694 × 5,2	344	139	13.694	136	13.830
	6	12,50 + 13,830 × 5,2	560	142	13.830	137	13.967
	7	12,50 + 13,967 × 5,2	488	142	13.967	139	14.106
	8	12,50 + 14,106 × 5,2	539	143	14.106	139	14.245
	9	12,50 + 14,245 × 5,2	113	145	14.245	142	14.387
	10	12,50 + 14,387 × 5,2	425	145	14.387	142	14.529
	11	12,50 + 14,529 × 5,2	75	148	14.529	143	14.672
	12	12,50 + 14,672 × 5,2	69	148	14.672	145	14.817

ANOS	MESES	VERBA DISPONÍVEL		Em constru- ção (Quatro meses)	CASAS CONSTRUÍDAS		
		Arrecadada mais distribuída p/ Lei 2.670 (milhões)	Saldo acumu- lado (milhões)		Exis- tentes	Acrés- cimo	Total por mês
VIII	1	12,50 + 14.817 × 5,2	217	149	14.817	145	14.962
	2	12,50 + 14.962 × 5,2	519	150	14.962	148	15.110
	3	12,50 + 15.110 × 5,2	391	152	15.110	148	15.258
	4	12,50 + 15.258 × 5,2	432	153	15.258	149	15.407
	5	12,50 + 15.407 × 5,2	48	155	15.407	150	15.557
	6	12,50 + 15.557 × 5,2	444	155	15.557	152	15.709
	7	12,50 + 15.709 × 5,2	430	157	15.709	153	15.862
	8	12,50 + 15.862 × 5,2	12	159	15.862	155	16.017
	9	12,50 + 16.017 × 5,2	400	159	16.017	155	16.172
	10	12,50 + 16.172 × 5,2	394	161	16.172	157	16.329
	11	12,50 + 16.329 × 5,2	4	163	16.329	159	16.488
	12	12,50 + 16.488 × 5,2	441	163	16.488	159	16.647
IX	1	12,50 + 16.647 × 5,2	105	164	16.647	161	16.808
	2	12,50 + 16.808 × 5,2	106	166	16.808	163	16.971
	3	12,50 + 16.971 × 5,2	355	168	16.971	163	17.134
	4	12,50 + 17.134 × 5,2	551	169	17.134	164	17.298
	5	12,50 + 17.298 × 5,2	400	171	17.298	166	17.464
	6	12,50 + 17.464 × 5,2	512	172	17.464	168	17.632
	7	12,50 + 17.632 × 5,2	298	174	17.632	169	17.801
	8	12,50 + 17.801 × 5,2	363	175	17.801	171	17.972
	9	12,50 + 17.972 × 5,2	117	177	17.972	172	18.144
	10	12,50 + 18.144 × 5,2	165	178	18.144	174	18.318
	11	12,50 + 18.318 × 5,2	518	179	18.318	175	18.493
	12	12,50 + 18.493 × 5,2	583	181	18.493	177	18.670
X	1	12,50 + 18.670 × 5,2	361	183	18.670	178	18.848
	2	12,50 + 18.848 × 5,2	470	184	18.848	179	19.027
	3	12,50 + 19.027 × 5,2	310	186	19.027	181	19.208
	4	12,50 + 19.208 × 5,2	491	187	19.208	183	19.391
	5	12,50 + 19.391 × 5,2	424	189	19.391	184	19.575
	6	12,50 + 19.575 × 5,2	114	191	19.575	186	19.761
	7	12,50 + 19.761 × 5,2	171	192	19.761	187	19.948
	8	12,50 + 19.948 × 5,2	—	194	19.948	189	20.137
	9	12,50 + 20.137 × 5,2	212	195	20.137	191	20.328
	10	12,50 + 20.328 × 5,2	217	197	20.328	192	20.520
	11	12,50 + 20.520 × 5,2	21	199	20.520	194	20.714

CONSTRUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E REDUÇÃO DA TAXA

As construções seriam iniciadas nas guarnições onde o efetivo fôsse maior, o custo de vida mais elevado e existisse menor número de residências.

A distribuição dessas residências seria feita, com prioridade, entre os militares que, não possuindo imóvel em qualquer parte, tivessem família numerosa, lembrando que na 1^a etapa seriam atendidos em 3/4 das necessidades dos oficiais e 1/4 das praças, invertendo-se esse critério na 2^a etapa.

A taxa proposta para o FCCEX seria reduzida ao fim do plano, todavia deveria atingir ao mínimo necessário, para atender à conservação e reparação do imóvel ocupado.

CONCLUSÃO

Atingiremos, assim, em nove anos e onze meses, *sem nenhum novo ônus para o Exército*, a construção das casas necessárias, supondo que, doravante, a tendência do efetivo é para estabilizar ou decrescer.

É óbvio que nesses nove anos o custo de vida sofrerá variações, todavia, como tem ocorrido aqui, os vencimentos variarão também e, consequentemente, variará a arrecadação para o FCCEX.

Cumpre-nos assinalar, ainda, que as taxas sugeridas não são exorbitantes para os nossos dias. Exigirão o sacrifício de uma minoria, em prol de toda a coletividade militar do Exército.

Terminaremos a nossa sugestão, mostrando a discrepância que hoje existe, servindo-nos de um exemplo concreto:

— Um Coronel, um Ten-Cel, em Itajubá, Minas, paga por uma ampla residência do Exército 6% dos vencimentos, ou sejam Cr\$ 2.160,00; um Capitão, 1º ou 2º Tenentes, ao servirem na mesma cidade, pagarão, atualmente, por uma casa o aluguel compreendido entre Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 14.000,00. Há, assim, um grande contraste que deve ser eliminado.

Esta Revista tem leitores em todos os países da América do Sul, nos Estados Unidos, México, Alemanha Ocidental, França, Itália, Espanha e Portugal

"Devemos reconhecer que a ampliação da complexidade de nossa carreira é consequência normal da época em que vivemos. O estado de tensão resulta do ambiente, não só do mundo militar, mas também do civil. Ansiedade, preocupação e dúvida fazem parte da vida diária, nesta intrincada conjuntura mundial. Precisamos compreender, no entanto, que em todos os setores da vida humana o caminhar do progresso não é um movimento contínuo. Às vezes ele se interrompe, estaciona e parece mesmo retroceder. Mas a História nos revela que a humanidade tem evoluído a despeito das resistências dos homens, e, quase sempre, a marcha tem início ou prossegue porque uns poucos indivíduos puderam ver além do horizonte comum e souberam mostrar o caminho aos demais.

Sómente personalidades de escol, cheias de fé e de confiança, compenetradas da mensagem que trazem e desejosas de transmiti-la, são capazes de vencer o conservadorismo, comodismo que procura dominar nossas organizações militares."

(Da aula inaugural na ECEME proferida pelo Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Emílio Rodrigues Ribas, Chefe do Estado-Maior do Exército.)

DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: ONU ESTÁ PRESENTE

Através dos programas do Fundo Especial e da Assistência Técnica, as Nações Unidas e suas agências especializadas estão colaborando, em escala pequena porém significativa, com o gigantesco esforço de desenvolvimento econômico e social atualmente empreendido pelo Brasil. Na Amazônia, no Nordeste, no Brasil Central, no Sul do país, cerca de 45 técnicos, da própria ONU e de agências como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho e a Agência Internacional de Energia Atômica, cooperam para o planejamento e a execução de projetos federais, regionais, estaduais e locais e com numerosas organizações públicas e privadas.

Na Amazônia, por exemplo, técnicos da FAO organizaram um centro de treinamento e de experiências para o aproveitamento industrial de madeira. Inventários florestais têm sido realizados na região, sobretudo ao longo da estrada Belém-Brasília. Pesquisas em silvicultura, estudos de solos, pequenas pesquisas geológicas também têm sido realizadas, dentro dos programas da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Nordeste:

No Nordeste, o Fundo Especial das Nações Unidas está cumprindo um acordo de cinco anos, firmado com o Governo brasileiro, cobrindo um programa conjunto de pesquisas no Vale do Rio São Francisco. O Fundo Especial contribui com um milhão e meio de dólares para o projeto que se está executando sob a supervisão da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). As pesquisas se referem à regulamentação da correnteza, testes de solos, mapeamento do terreno, fotografia aérea e estudos das possibilidades de irrigação. As Nações Unidas fornecem equipamento variado e contribuem com oito especialistas.

Outros trezentos mil dólares estão sendo aplicados no Nordeste, pelo Programa Ampliado de Assistência Técnica da ONU. Quatro especialistas

em hidrologia e geologia têm trabalhado sucessivamente em programas de estudos e de treinamento da Universidade de Pernambuco. Outros técnicos têm colaborado em vários projetos da SUDENE e da Petrobrás.

Através do Banco do Nordeste, técnicos da ONU e de suas agências têm cooperado em projetos diversos que vão desde o assessoramento econômico do próprio banco, a realização de seminários e cursos de treinamento, até o desenvolvimento da produção de algodão tipo *mocó*. Na Bahia, técnicos da ONU prepararam um plano para a instalação de uma acaria que utilizará o gás em vez do carvão como agente redutor. Outros técnicos têm auxiliado projetos de agricultura e saneamento desse Estado.

No Centro e no Sul:

Com a ajuda da UNESCO e de acordo com o desejo expresso do Governo brasileiro, o Centro de Pesquisas Físicas do Rio de Janeiro foi transformado num centro regional de pesquisas científicas e de treinamento para a América Latina. A UNESCO também tem contribuído para o desenvolvimento de programas especiais do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, igualmente no Rio de Janeiro.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro tem contado com a cooperação de técnicos das Nações Unidas. Em 1960, um técnico em geofísica trabalhou em programas de pesquisas e de ensino da Universidade. Um professor de física nuclear, enviado pela ONU, faz parte atualmente do corpo docente da P.U.C.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o Instituto de Apoentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas têm obtido a cooperação de técnicos das Nações Unidas em seus programas de ensino e assessoramento.

Uma especialista em virologia, da Organização Mundial de Saúde, está presentemente assessorando o Instituto Oswaldo Cruz em trabalhos relativos à proteção de plantas. Um técnico em solos, enviado pela ONU, está realizando pesquisas em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros Estados, trabalhando em projetos da Universidade Rural do Estado do Rio.

Vários projetos da Universidade de São Paulo têm contado com a experiência de técnicos da ONU e de suas agências. A UNESCO, por exemplo, dentro de um de seus programas principais, têm prestado auxílio técnico ao Centro Latino-Americano de Pesquisas Educacionais, junto à Universidade. Em 1962 começará a funcionar o Centro Nacional de Treinamento de Administradores de Escolas, em cujo planejamento já estão tra-

balhando os primeiros de um grupo de cinco técnicos da UNESCO. Um especialista da ONU está treinando técnicos em ciências sociais e participando de pesquisas sobre a influência da urbanização e da industrialização sobre a educação.

Outros técnicos da ONU e de suas agências têm trabalhado em programas do Ministério da Agricultura, do Instituto de Biologia de São Paulo, do Serviço Social da Indústria (SESI), do Instituto de Agronomia do Est. de São Paulo, do Centro de Reabilitação Física de São Paulo, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, do Instituto de Biologia de São Paulo, e assim por diante.

Especialista da FAO têm realizado levantamentos florestais nos Estados de Santa Catarina e Paraná e estudos sobre pesca no Rio Grande do Sul.

O Fundo Especial, por outro lado, está contribuindo com um milhão e duzentos e cinqüenta mil dólares para um programa de cinco anos destinado a desenvolver o Departamento de Silvicultura da Universidade de Minas Gerais, que deverá ser transformado numa Escola Nacional de Silvicultura.

A Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL), em colaboração com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, contribui com seis técnicos para cursos intensivos de treinamento em desenvolvimento econômico que estão sendo realizados no Rio de Janeiro.

Por sua vez, a Agência Internacional de Energia Atômica têm fornecido técnicos e colaborado em cursos, seminários e outros projetos da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Causa básica do não recebimento regular desta Revista por parte de alguns assinantes:

— Falta de comunicação em tempo útil de mudança de endereço.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos e agradecemos:

Livros:

“MACARTHUR — Seu encontro com a História”

Tradução do Tenente-Coronel Fernando Allah Moreira Barbosa.

“CAMPANHA DE ITUZAINGÓ”

Tenente-Coronel Henrique Oscar Wiederspahn.

“MEMÓRIAS DE UM SOLDADO LEGALISTA” (Tomo I)

Marechal Estevão Leitão de Carvalho.

“O BRASIL NA II GRANDE GUERRA”

Tenente-Coronel Manoel Thomaz Castello Branco.

“GUERRA PSICOLÓGICA”

Tradução do Tenente-Coronel Octávio Alves Velho.

Revistas:

Nacionais:

Digesto Econômico — Jan/Fev 62.

Carta Informativa do Conselho Estadual de Administração do Estado de Minas Gerais — Dez 61.

Boletim Geográfico — Mai/Jun 61.

Revista Brasileira de Geografia — Jan/Mar e Abr/Jun 61.

Estrangeiras:

Rivista Militaire (Itália) — Jan 62.

Revue de Defense Nationale (França) — Fev 62.

Revue Militaire d'Information (França) — Dez 62.

Bled (França) — Fev 62 (2^a quinzena).

Revista Militar (Portugal) — Dez 61.

Jornal do Exército (Portugal) — Jan 62.

Ejército (Espanha) — Dez 61.

Guion (Espanha) — Dez 61.

NOTAS — INFORMAÇÕES

INSURREIÇÃO E CONTRA-INSURREIÇÃO

(As presentes Notas, transcritas dos Boletins de Informações do EME referentes a Dez 61 e Jan 62 incluem alguns conceitos apresentados na Conferência Militar Interamericana de 1961).

I — INSURREIÇÃO

1. É um movimento popular de resistência ao governo, ou para depô-lo, mediante medidas passivas e ativas, como propaganda, sabotagem, guerrilha, etc.

2. Categorias :

- a — Inspiradas e controladas por comunistas ;
- b — Captadas e controladas por comunistas ;
- c — Independentes.

3. Causas :

a — São de importância capital. Tais sejam elas, o movimento terá maior ou menor apoio da população ;

b — Podem ser de ordem política, econômica, social, etc. (antagonismos internos, corrupção, desigualdades sociais) ;

c — Podem ser reais e genuínas, se representam necessidades autênticas da população; ou falsas e impingidas pela propaganda tendenciosa. O importante é que as massas acreditem nelas.

(Já se vê que a solução definitiva do descontentamento popular só vem com a eliminação das causas, o que é tarefa menos militar que de governo).

4. Tipos de Insurretos :

a — Grupo subterrâneo (instigadores ocultos e operadores clandestinos) ;

b — Guerrilheiros (os que abertamente realizam operações militares) ;

c — Simpatizantes (elementos da população, de apoio ativo).

5. *Ação (Insurreição = G. Psicológica + Terrorismo + Guerrilha) :*

a — Cumpre desde logo destacar dois fatos :

(1) A obsessão comunista em demolir a sociedade, qualquer que seja o processo. (Para os vermelhos, é moral tudo que favoreça a revolução comunista) ;

(2) A tendência de qualquer outro movimento — mesmo os legítimos, de reforma — para cair nos processos comunistas.

b — *Técnicas e processos destrutivos (relacionamento) :*

(1) A propaganda (G. Psicológica), que visa a corromper, difamar e desmoralizar mediante a repetição de "slogans", negação de acertos, ampliação e difusão de erros ;

(2) Para aterrorizar e demolir : — espiãoagem, resistência, comícios e passeatas, greves, "quebra-quebra", tumulto, motins, sabotagem, terrorismo e guerrilha.

— Objetivos : Indústria, Usinas, Comunicações, Serviços Públicos, Produção, etc. (De surpresa, na calada da noite, seqüestram, destróem obras de arte e instalações, incendeiam plantações e depósitos.

c — *Tática de Guerrilhas :*

A rigor não há regras a obedecer senão as ditadas pela necessidade. Contudo, obedecem certos princípios de guerra, em particular a economia de fôrças, a surpresa, escolha judiciosa de objetivos, iniciativa e flexibilidade ;

Reunião em sigilo para o ataque, seguido de rápida dispersão. Usualmente empregam o golpe-de-mão e a emboscada para o ataque a elementos isolados, comboios de suprimento, e ações para dificultar as ligações de comando e a vinda de reforços.

Em suma, astúcia e finta.

6. *Terreno :*

Para as guerrilhas, são particularmente favoráveis as áreas amplas, de difícil acesso e fácil defesa (montanhas, matas, região de pântanos, etc). Para as ações clandestinas (sabotagem, terrorismo), os centros populosos oferecem melhores possibilidades em objetivos e, mesmo, esconderijos.

7. *Apoio Logístico :*

O apoio à insurreição pode vir até do exterior, mas, no que diz respeito às guerrilhas em particular, o maior apoio é encontrado na cooperação da população local.

II — CONTRA-INSURREIÇÃO

1. *Planejamento* :

Um Plano de Contra-Insurreição coordena atividades político-administrativas e militares, levando em conta considerações como as que seguem :

— Seu objetivo é a supressão da insurreição como força (*) e a restauração da ordem. As ações militares darão o devido aprêço às não militares ;

— Quanto mais cedo se combata a insurreição, mais fácil será bloqueá-la. Isto significa que certas medidas são tomadas desde antes da sua deflagração. O que atrapalha é o ceticismo de muitos que não querem ver o perigo ;

— Trata-se de desgastar física e moralmente a insurreição, acossando-a permanentemente. E, já que ela se nutre do apoio da população civil, é fundamental que se a separe de toda a possível fonte de ajuda, neutralizando a ação simpatizante. Isolar não sómente os insurretos da população, mas também a êles entre si ;

— É essencial um *Serviço de Informações* para a coleta e difusão oportuna de dados de valor militar, incluindo o conhecimento da topografia e peculiaridades locais das áreas afetas; um sistema de radioescuta, arquivo e fichário de personalidades (líderes, guerrilheiros notáveis e seus possíveis protetores). É mister que se penetre a organização rebelde ;

— Pontos sensíveis: os chefes, as comunicações e sobretudo o moral dos insurretos e o apoio da população civil.

2. *Princípios e Tática* :

Está visto que a mera aplicação de medidas defensivas não impede a expansão do movimento ;

O princípio fundamental é o da *manutenção da iniciativa*, mediante a ação ofensiva conduzida com tropas organizadas para a missão e treinadas nas operações de contraguerilha sob quaisquer condições atmosféricas e em qualquer terreno, localidades inclusive ;

Deve-se também empregar meios para combater o terrorismo na zona urbana e anular a ação dos simpatizantes ;

Sigilo e surpresa são sempre elementos essenciais. Outros requisitos são as ligações seguras entre os escalões de comando e a segurança dos comboios de suprimento ;

(*) Já vimos que sómente a remoção das causas é solução definitiva.

No mais, a *mobilidade superior* e as ações de círculo e envolvimento;

— As FT são apoiadas pelas outras FA (segurança, missões logísticas de transporte, etc.), pelas FAux e por elementos paramilitares, num plano coerente e sob comando único;

A Polícia, organizada em frações, tem emprêgo em suas missões normais e substitui tropas do Exército em certas tarefas de segurança interna;

O apoio dos civis locais provê a contra-sabotagem, vigilância, guias e contato com a população;

— As operações comportam 3 fases: ISOLAMENTO, SUPRESSÃO E CONSOLIDAÇÃO;

De início trata-se de negar aos insurretos qualquer forma de apoio, seja do exterior ou da população local.

(1) *Isolamento* é um processo a um tempo físico e psicológico. Suas componentes são a Fragmentação e a Dissuasão;

Na *Fragmentação* trata-se de quebrar a integridade tática da força insurreta, metendo cunhas físicas entre os elementos que constituem a sua parte ativa, mediante reconhecimento, patrulhas de combate, obstáculos nas vias, etc., tudo apoiado num cuidadoso e ativo serviço de informações;

Dissuasão é o fator psicológico que se estende por toda a operação, incutindo o desânimo, separando os tibios, acenando com anistia, levando a persuasão de que não adianta lutar, visto que seus objetivos podem ser alcançados por outros meios, sem sacrifícios e sem sangue;

(2) Na *Supressão* prossegue a combinação dos processos de força a persuasão de que não adianta lutar, visto que seus objetivos podem truição;

Frações Mistas (Exército, Polícia, guias civis) podem ser organizadas para a caça de guerrilheiros em regiões difíceis. Elas podem estabelecer e manter contato até a chegada de reforços; cortar grupos de guerrilheiros mediante emboscadas; capturar mensageiros, espias e pequenos grupos; destruir esconderijos e depósitos e manter vigilância em regiões suspeitas;

Se a linha de círculo inclui obstáculos naturais (rios, terreno difícil) e pode ser mantida por pequenos efetivos, elementos mais fortes avançam comprimindo as guerrilhas contra o obstáculo;

(3) *Consolidação* é a normalização da situação, na qual se empregam os recursos disponíveis para levantar o nível de vida nas áreas afetadas. É tarefa da autoridade civil, cuja atuação inclui esforços políticos, econômicos, sociais e religiosos. Nesta fase final, as FA apóiam as atividades de pacificação.

CONTRAGUERRILHA

1 — As operações de contraguerrilha são as realizadas pelas Forças Armadas institucionais de um país contra forças irregulares que, através da guerrilha, lutam para derrubar o Poder Constituído.

2 — O conhecimento, a fundo, desse tipo de luta é imprescindível, pois a guerrilha, em muitos países, representa um perigo em potencial.

3 — São fatores fundamentais na contraguerrilha :

- o objetivo real e o povo ;
- a importância da instrução psicológica ;
- a flexibilidade tática ;
- a informação militar ;
- as operações psicológicas .

A — OBJETIVO REAL E O POVO

(1) O bando de guerrilheiros não representa, nesse tipo de operações, o objetivo principal. O verdadeiro objetivo, o mais importante, o que deve ser atacado, em primeiro lugar, é o constituído pelas forças clandestinas do movimento, a saber :

- os chefes secretos ;
- o sistema de informações ;
- o sistema de comunicações .

(2) A existência de uma força de guerrilheiros está condicionada ao apoio do povo, na área considerada. Por isso é essencial que as tropas de contraguerrilha :

- conquistem a confiança do povo através da disciplina, da instrução e da vigilância ;
- proporcionem a ele toda a ajuda possível ;
- aliviem, do mesmo, encargos que possam afetar suas condições de vida .

B — IMPORTÂNCIA DA INSTRUÇÃO PSICOLÓGICA

É fundamental que as forças de contraguerrilha "compreendam" a necessidade de conquistar a confiança e a admiração do povo. Não devem oprimi-lo nem aterrorizá-lo com atos de selvageria ou através de uma conduta incorreta. As normas disciplinares devem ser mais consideradas do que numa guerra regular. O contraguerrilheiro deve estar bem capacitado da importância da ajuda popular e dos melhores processos para obtê-la. Deve estar perfeitamente à par das consequências desfavoráveis que poderão advir de procedimentos incorretos.

C — FLEXIBILIDADE TÁTICA

O mais importante princípio de execução é a Flexibilidade Tática — nenhuma operação se assemelhará à outra, já realizada; mudando o terreno, variarão a tática e a composição dos meios, bem como as demais condições.

Entre as normas mais comuns a serem seguidas destacam-se :

- a dispersão deve ser evitada ;
- o tempo de reação deve ser reduzido ao mínimo ;
- a mobilidade deve ser, permanentemente, mantida ;
- a iniciativa é essencial ;
- Os chefes guerrilheiros constituem objetivos constantes ;
- as táticas inimigas devem ser bem estudadas de forma a assegurar a antecipação às suas ações.

D — INFORMAÇÕES MILITARES

Organização de um Serviço Especial de Informações, com estrutura e instrução que permitam :

- a utilização de agentes civis ;
- a infiltração nos bandos de guerrilheiros ;
- o estudo constante do inimigo (tática, tipo de operações, hábitos etc.).

E — OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

Uma ativa guerra psicológica caracteriza a ação dos guerrilheiros. Face a ela, não se trata, apenas, de neutralizá-la. Mais do que isso, há necessidade de uma verdadeira ofensiva psicológica através de folhetos, do rádio, de alto-falantes, de boatos, de informes falsos, de murmúrios e, mesmo, do terrorismo. Para isso são indispensáveis os seguintes requisitos :

- aprender a utilizar as operações psicológicas, pois mal aplicadas elas revertem contra ;
- reconhecer e analisar as operações psicológicas do inimigo.

Leia o "Boletim de Informações", publicação mensalmente distribuída pelo EME a todas as organizações militares.

Cooperar com esta Revista é contribuir para o incremento da cultura intelectual e aperfeiçoamento técnico-profissional das nossas Fôrças Armadas.



FOREIGN LANGUAGE CENTER

Inglês para brasileiros — Português para
estrangeiros

CURSO ESPECIAL PARA CANDIDATOS À EsCEME

TURMAS REDUZIDAS E HOMOGÊNEAS

PROFESSORES ESPECIALIZADOS

MÉTODO RÁPIDO E CIENTÍFICO

EQUIPAMENTO ELETRÔNICO

INSTALAÇÕES ULTRAMODERNAS

AR CONDICIONADO

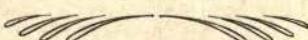
MATRÍCULAS ABERTAS

Rua Santa Clara, 33 — Grupo 1106-8

(Esquina da Rua Domingos Ferreira)

Tel.: 36-2171

VISITE-NOS SEM COMPROMISSO





Preço do Exemplar
Cr\$ 50,00

SMG
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1962